

PET/6890
10604 - DIREITO PROCESSUAL PENAL | INVESTIGAÇÃO PENAL

Supremo Tribunal Federal

Nº

Supremo Tribunal Federal
Pet 0006890 - 23/03/2017 18:04
0002922-32.2017.1.00.0000



Vol. 1

Sigiloso

MATÉRIA CRIMINAL

PETIÇÃO

PETIÇÃO 6890
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM. : PET-6890-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATOR(A) : MIN. EDSON FACHIN
REQTE. (S) SOB SIGILO
PROC. (A/S) (ES) SOB SIGILO

DISTRIBUIÇÃO EM 24/03/2017

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

2

Nº 65754/2017 – GTLJ/PGR

Relator: Ministro Edson Fachin

Autor: Ministério Público Federal

SIGILOSO

**Homologação de acordos de colaboração premiada
pelo Supremo Tribunal Federal**

PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGI-
LOSO. REQUERIMENTO INCIDENTAL.
ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMI-
ADA. SUBMISSÃO AO SUPREMO TRIBU-
NAL FEDERAL PARA CONTROLE DE
LEGALIDADE E HOMOLOGAÇÃO. RE-
QUERIMENTOS.

Submissão ao Supremo Tribunal Federal de **acordos de colaboração premiada firmados** por envolvidos em investigação criminal referente à chamada “Operação Lava Jato”. Análise e requerimento de homologação, nos termos do § 7º do art. 4º da Lei n. 12.850/2013.

O Procurador-Geral da República vem expor e requerer o que se segue.

I – Síntese dos fatos.

O presente requerimento traz ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal conteúdo de acordos de colaboração (com respectivos anexos e termos de depoimento) firmados com **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA** e **ANDRÉ LUIS REIS SANTANA**, com requerimentos ao final especificados.

O Procurador-Geral da República celebrou, com fulcro nos artigos 4º e seguintes da Lei nº 12.850/2013, acordos de colaboração premiada com **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA** e **ANDRÉ LUIS REIS SANTANA** doravante denominados colaboradores, firmados os dois primeiros em 06 de março de 2017 e o último em 08 de março de 2017, conforme vias originais dos acordos de colaboração premiada assinadas que seguem anexas.

No âmbito das tratativas para a celebração dos acordos, por delegação do Procurador-Geral da República, membros do Ministério Público Federal entrevistaram os colaboradores sobre os aportes veiculados nos anexos, certificando-se de que provêm deles a narrativa e de sua plausibilidade, bem como da existência das provas adicionais aos depoimentos.

Ao final, cada um dos acordos foi celebrado em duas vias, uma entregue a cada um dos colaboradores e a segunda ora enviada ao Supremo Tribunal Federal, para que produzam efeitos em feitos e procedimentos já instaurados e por instaurar.



Os acordos de **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO**, de **MONICA REGINA CUNHA MOURA** e de **ANDRÉ LUIS REIS SANTANA** são acompanhados dos: 1) termos de colaboração assinados pelos colaboradores (acompanhados dos registros dos principais pontos dos depoimentos); 2) depoimentos consolidados em registro audiovisual, conforme mídias digitais anexadas; 3) anexos apresentados durante as tratativas para celebração do acordo e 4) documentos corroboradores das declarações.

Tais acordos foram firmados com a finalidade de obtenção de provas e elementos de provas para o desvelamento de agentes e partícipes responsáveis, estrutura hierárquica, divisão de tarefas e crimes praticados pelas organizações criminosas políticas e empresariais que atuaram voltados às campanhas eleitorais.

Os acordos de colaboração celebrados também tiveram por finalidade a recuperação do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa mediante o pagamento, a título de multa, de valores nos montantes de R\$ 3.000.000,00 pelo colaborador **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO**, de R\$ 3.000.000,00 pela colaboradora **MONICA REGINA CUNHA MOURA** e de R\$ 50.000,00 pelo colaborador **ANDRÉ LUIS REIS SANTANA**, além do perdimento do saldo integral existente na conta bancária e em eventuais contas de investimentos mantidos no Banco Heritage, na Suíça, vinculados a *offshore* SHELLBILL FINANCE, estimado em cerca de USD 21.600.000,00¹.



¹ Ver documento anexo (PORTFOLIO VALUATION AS OF 13.10.2015)

Em decorrência dos acordos, os colaboradores, renunciando à garantia contra a autoincriminação e ao exercício do direito ao silêncio, comprometeram-se a falar a verdade sobre todos os fatos de que tivessem conhecimento.

Os depoimentos dos colaboradores foram colhidos **entre os dias 06 a 09 de março de 2017**, na sede da da Procuradoria da República no Paraná, por integrantes do Grupo de trabalho da Lava jato e da Força-Tarefa de Curitiba que obtiveram delegação para tal tarefa mediante a Portaria PGR/MPF nº.136, de 06 de março de 2017, contando, ainda, com a participação indispensável dos defensores dos colaboradores².

II. Distribuição por dependência e competência

No presente caso, o Ministério Público Federal entende que restaram preenchidos todos os requisitos legais essenciais (formais e materiais) nos acordos firmados com **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA e ANDRÉ LUIS REIS SANTANA**, razão pela qual, com fundamento no art. 4º, § 7º, da Lei n. 12.850, submete ao Supremo Tribunal Federal para a devida homologação com efeitos *erga omnes*.



² Advogados Juliano Campelo Prestes(OAB/PR 32.494), Beno Brandão (OAB/PR 20.9200 e Alessi Brandão(OAB/PR 44.029).

O presente expediente está relacionado a investigação em curso no Supremo Tribunal Federal no âmbito do Inquérito n.º. 4.325, no qual são apurados possíveis fatos delitivos perpetrados por membros do Partido dos Trabalhadores – PT integrantes da organização criminosa atuante no contexto da Operação Lava Jato.

Da leitura dos termos de depoimento dos colaboradores, são narrados fatos versando sobre possíveis crimes praticados por membros do Partido dos Trabalhadores – PT, marqueteiros e empresários no âmbito de campanhas eleitorais.

Desse contexto perfuntório, identificam-se elementos relevantes para instruir o Inquérito que apura a organização criminosa do Partido dos Trabalhadores – PT, o que justifica a distribuição por dependência dos presentes acordos de colaboração ao aludido Inquérito n.º. 4.325/STF.

Como nos termos de depoimento são mencionadas autoridades com foro por prerrogativa de função³, cabe sua homologação neste Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Os fatos narrados pelos colaboradores guardam conexão, ao menos em parte, com o Inquérito n.º. 4.325/STF, impondo-se que a homologação seja feita por dependência ao referido Inquérito.

Aplica-se, portanto, ao quadro fático apresentado e à análise das condutas delitivas descritas, o disposto no art. 76, II e III, do Código de Processo Penal. É patente, ante o que precede, a prevenção deste Juízo para a homologação do presente acordo.

³ Ver Termos de Colaboração n.º. 05 e 16 de MONICA REGINA CUNHA MOURA

III – Do alcance dos acordos de colaboração e da cisão dos feitos

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA E ANDRÉ LUIS REIS SANTANA não eram, até aqui, investigados nos inquéritos em curso perante o Supremo Tribunal Federal. Na medida em que descrevem fatos nos quais intervieram na condição de partícipes de condutas em tese delituosas praticadas em reunião ou concurso com titulares de prerrogativa de foro, os colaboradores podem, excepcionalmente, no caso concreto, em razão das necessidades específicas das condutas apuradas, passar a integrar o polo passivo dos inquéritos já instaurados ou por instaurar que apurem condutas àqueles imputáveis.

Contudo, **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA E ANDRÉ LUIS REIS SANTANA** também descrevem fatos nos quais intervieram envolvendo condutas em tese delituosas praticadas em reunião ou concurso com pessoas desprovidas de prerrogativa de foro.

A esse respeito, como já assentado pelo Supremo Tribunal Federal, não há circunstância que determine, como imperativo para a condução coerente e efetiva do complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato, a reunião de feitos perante a instância extraordinária. A solução mais razoável e mais alinhada ao princípio do juiz natural é, assim, permitir que os fatos exclusivamente a eles

imputáveis e os que lhos sejam em reunião ou concurso com pessoas desprovidas de prerrogativa de foro sigam sendo apurados e processados em instância ordinária.

A conclusão que precede deve repercutir na apreciação dos anexos acordos, de forma que, uma vez homologados, **seja autorizada a cisão processual**, preservada a competência do Supremo Tribunal Federal, inclusive sobre os colaboradores, *se necessário e por enquanto*, apenas para os fatos a eles eventualmente imputáveis em reunião ou concurso com titulares de prerrogativa de foro, autorizado o Juízo da 13ª Vara Federal em Curitiba/PR ou de outro Juízo a qual esteja vinculada investigação pertinente com os fatos narrados em um dos termos, a prosseguir no processo e no julgamento dos demais feitos a que os colaboradores perante eles respondam, com integral aproveitamento, naquela instância, dos regulares efeitos dos anexos acordos.

O tema da cisão processual será tratado em relação a cada um dos termos de depoimento prestados pelos colaboradores **em petições próprias posteriormente à homologação**.

IV - Dos requerimentos

Diante do exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) a autuação do presente requerimento como petição – contendo o original de uma das vias dos acordos de colaboração; dos documentos que instruem a Portaria PGR/MPF nº. 186, de 06 de



março de 2017 editada para fins de delegação do Procurador-Geral da República aos membros da força-tarefa Lavajato para colher termos de depoimento relativos aos acordos; uma das vias de todos os termos de depoimento prestados; documentos contendo informações sobre a situação patrimonial dos colaboradores e cópia dos respectivos registros audiovisuais em mídia digital –, registrando **como sigilosa** com distribuição **por dependência** ao Inquérito 4.325/STF;

b) nos termos do disposto no art. 4º, § 7º, da Lei n. 12.850/2013, a **homologação dos acordos de colaboração premiada firmados com JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, MONICA REGINA CUNHA MOURA e ANDRÉ LUIS REIS SANTANA;**

c) autorização para, se for o caso, compartilhar com os Juízos competentes, após eventual cisão solicitada, cópia dos documentos que os colaboradores apresentem;

d) que, caso entenda necessário, realize a oitiva dos colaboradores, que se encontram atualmente em Salvador(BA), nos termos do art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013, com a máxima urgência;

e) que seja determinada a abertura de conta bancária judicial pelo Supremo Tribunal Federal, à disposição exclusiva desse Tribunal, para recebimento de valores referentes à sanções premiais fixadas nos Acordos de Colaboração, conforme cláusula 4ª, inc. III e IV; e



f) a comunicação imediatada da conta bancária aberta ao Procurador-Geral da República com indicação dos dados inerentes (instituição financeira, agência bancária e número da conta), para fins de comunicação aos colaboradores, dando-se a destinação dos valores posteriormente.

Brasília (DF), 23 de março de 2017.


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

MF/PJC

Impresso por: 303.509.51878 PST 6890
Em: 11/05/2017 - 14:23:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

CÓPIA

Portaria PGR/MPU nº 4, de 17 de janeiro de 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Designar, para compor grupo de trabalho, pelo prazo de 6 (seis) meses contados da publicação desta portaria, com o objetivo de auxiliar o Procurador-Geral da República na análise dos desdobramentos das investigações levadas a efeito pela força-tarefa designada pela Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, p. 61, de 7 de abril de 2014, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, os seguintes membros do Ministério Público:

I – Membros efetivos:

ANNA CAROLINA RESENDE MAIA GARCIA
DANIEL DE RESENDE SALGADO
FERNANDO ANTONIO DE ALENCAR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR
MARIA CLARA BARROS NOLETO
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
PEDRO JORGE DO NASCIMENTO COSTA
RODRIGO TELLES DE SOUZA
RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ
SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
WILTON QUEIROZ DE LIMA.

II – Membros colaboradores:

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH
DOUGLAS FISCHER
FABIO MAGRINELLI COIMBRA
MARCELLO PARANHOS DE OLIVEIRA MILLER
RAFAEL RIBEIRO RAYOL.

§ 1º Enquanto perdurarem suas atividades, o grupo de trabalho integrará a estrutura da Secretaria de Apoio Jurídico do Gabinete do Procurador-Geral da República.

§ 2º Aos membros efetivos aplica-se o regime do art. 2º, I, da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013.

JMA

Art. 2º A coordenação do grupo será exercida pelo Promotor de Justiça SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES.

Art. 3º Ficam delegadas aos membros do grupo de trabalho as seguintes atribuições:

I – realizar oitivas e participar de outros atos de produção de prova que se fizerem necessários;

II – participar de audiências judiciais, relativas a feitos da Operação “Lava Jato”, presididas por juízes auxiliares ou instrutores dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

III – responder a expedientes ordinários encaminhados ao grupo de trabalho;

IV – requisitar informações e documentos de interesse das investigações desenvolvidas pelo grupo de trabalho;

V – firmar colaborações premiadas.

Parágrafo único. As delegações constantes dos incisos III e IV deste artigo não se aplicam às autoridades referidas no § 4º do art. 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.


José Bonifácio Borges de Andrada

Impresso por: 203.509.578 Per 6890
Em: 11/03/2017 14:53:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

VIGILOSO

Portaria PGR/MPF nº 186, de 6 de março de 2017

CÓPIA

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA em exercício, no uso de suas atribuições, resolve:

Delegar aos membros da força-tarefa designados pela Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014, publicada no *Diário Oficial da União*, Seção 2, pág. 61, de 7 de abril de 2014, a atribuição para colher depoimentos relativos ao acordo firmado, em 6 de março de 2017, entre o Ministério Público Federal e João Cerqueira de Santana Filho, Mônica Regina Cunha Moura e André Luis Reis Santana, ficando ratificados todos os atos já praticados.



José Bonifácio Borges de Andrada

Impresso por: 333.509.578-78
Em: 11/05/2017 14:59:18

Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014

CÓPIA

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 1899, de 26 de março de 2014, da Procuradoria da República no estado do Paraná, resolve:

Designar os Procuradores Regionais da República JANUÁRIO PALUDO, lotado na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA e ORLANDO MARTELLO JUNIOR, lotados na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, e os Procuradores da República DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, lotado na Procuradoria da República no Paraná, ANDREY BORGES DE MENDONÇA, lotado na Procuradoria da República em São Paulo e DIOGO CASTOR DE MATTOS, lotado na Procuradoria da República em Jacarezinho/PR, para, com exclusividade, pelo prazo de 5 (cinco) meses, comporem força-tarefa para atuar nos feitos relacionados aos IPL's nºs 2006.70.00.018662-8 e 2009.70.00.003250-0, em trâmite na 2ª Vara Criminal de Curitiba, bem como nas medidas e processos judiciais deles decorrentes.


Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CÓPIA

Portaria PGR/MPF nº 598, de 5 de agosto de 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 5781/2015 – PRPR-FTLJ, resolve:

Designar a Procuradora da República LAURA GONÇALVES TESSLER, lotada na Procuradoria da República no Município de Guarulhos/SP, para, com exclusividade, atuar nos feitos cíveis e criminais relacionados às investigações levadas a efeito pela força-tarefa designada pela Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014, publicada no DOU, Seção 2, pág. 61, de 7 de abril de 2014, e alterações posteriores.



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Impresso por: 303.509518-70-216689
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

**ACORDO DE
COLABORAÇÃO
PREMIADA**

**JOÃO CERQUEIRA DE
SANTANA FILHO**

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6885
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante designado por sua denominação completa ou simplesmente pela sigla MPF, por intermédio dos Procuradores Regionais da República e Procuradores da República ora signatários, designados pelas Portarias PGR/MPF nº 216/2014, 217/2014, 633/2014, 634/2014, 655/2014, 656/2014, 727/2014, 956/2014, 03/2015, 156/2015, 423/2015, 381/2015, 578/2015, 598/2015, 602/2015, 681/2015, 34/2016, 60/2016, 55/2016, 88/2016, 132/2016, 777/2016 e PGR/MPU nº 4/2017, **JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO**, doravante denominado **COLABORADOR**, sexo masculino, brasileiro, divorciado, filho de JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA e HELENA DE CARVALHO MOURA, nascido em 05/01/1953, natural de Tucano, ensino superior completo, publicitário, inscrito no RG sob o nº 00.621.444-48 e CPF nº 059.802.245-72, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone nº 71 – 3628-1319 e 71-981277435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, devidamente assistido por seus advogados constituídos, que assinam este instrumento, celebram acordo de colaboração premiada nos seguintes termos:

I – Base Jurídica

Cláusula 1ª. O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei nº 9.807/99, no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo e no art. 37 da Convenção de Mérida.

Cláusula 2ª. O presente acordo atende aos interesses do **COLABORADOR**, nos termos do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, dos artigos 5º e 6º, ambos da Lei nº 12.850/2013, e das cláusulas a seguir alinhavadas. Atende, de igual modo, ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento de investigações de crimes contra a Administração Pública, a Administração da Justiça, a Fé Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Ordem Tributária e de lavagem de dinheiro, tanto no âmbito da investigação denominada “Caso Lava Jato”, quanto em outros feitos e procedimentos. O presente acordo auxilia, ainda, na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária, administrativa, inclusive administrativa sancionadora, e disciplinar.

II – Do Objeto

Cláusula 3ª. O presente acordo tem por objeto todos os fatos ilícitos praticados pelo **COLABORADOR** até a data da assinatura deste termo, assim como todos os fatos ilícitos que sejam de seu conhecimento, os quais estão explicitados nos anexos que compõem e integram este acordo, bem como outros que possam ser declinados nos depoimentos que serão prestados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da homologação.

Parágrafo 1º. O objeto do presente acordo, descrito nos anexos, será pormenorizado e complementado pelo **COLABORADOR** após a assinatura deste instrumento, por meio de depoimentos e fornecimento e indicação de meios de prova, respeitado o prazo fixado no *caput*.

Parágrafo 2º. Identificado fato ilícito praticado pelo **COLABORADOR** que não tenha sido descrito nos anexos que integram este acordo, e outros eventualmente apresentados dentro do prazo estipulado

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

no *caput*, o **MPF** poderá repactuar a presente avença ou rescindi-la, submetendo, em qualquer caso, ao Juízo homologatório.

Parágrafo 3º. Independentemente da rescisão do presente acordo, o **MPF** poderá propor desde logo a respectiva ação penal em face do **COLABORADOR** por fato criminoso omitido nos anexos deste acordo, perante o Juízo competente.

III – Da Proposta do Ministério Público Federal

Cláusula 4ª. Considerando os antecedentes e as condições pessoais do **COLABORADOR**, a quantidade, a gravidade e o período dos ilícitos por ele praticados, os benefícios por ele auferidos com tais práticas ilícitas, a repercussão social e econômica dos fatos, a utilidade da colaboração no esclarecimento dos fatos, no ressarcimento dos danos, na expansão das investigações, considerando, por fim, as provas de corroboração fornecidas pelo **COLABORADOR** em decorrência desta avença, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo e desde que efetivamente sejam obtidos um ou mais dos resultados previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 4º os resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, o **MPF** proporá, nos feitos já objeto de investigação e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, em substituição aos regimes de que trata o art. 34 e 35 do Código Penal e arts. 87 a 95 e 112 e art. 146-B, III e IV, da Lei de Execuções Penais, as seguintes condições, desde logo aceitas:

I. a pena privativa de liberdade, que será cumprida imediatamente após a homologação do presente acordo, de forma progressiva, sendo computado o tempo de prisão cautelar cumprido em função de decisão do Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, como tempo de reclusão em regime fechado, nos seguintes regimes:

a) 160 (cento e sessenta) dias de reclusão em regime fechado, cumprido em estabelecimento prisional, detraído o período já cumprido em prisão preventiva determinada pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba.

b) **1 ano e 6 meses** de reclusão no **regime fechado domiciliar**, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

i) não poderá se ausentar de sua residência, exceto mediante autorização do Juízo ou do Ministério Público, ressalvados casos de emergência do **COLABORADOR** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;

ii) ficará submetido a vigilância eletrônica pessoal em tempo integral, mediante o uso de tornozeleira;

iii) somente poderá receber visitas de parentes até 4º grau, profissionais de saúde (para fins de tratamento médico do **COLABORADOR**, devidamente justificado perante o Juízo de execução), advogados constituídos, e pessoas estabelecidas em uma lista de 15 (quinze) nomes previamente fornecida ao Ministério Público e ao Juízo de execução;

iv) não poderá promover, em sua residência, festas ou quaisquer outros eventos sociais.

c) **1 ano e 6 meses** de reclusão no **regime semiaberto** diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

i) deverá se recolher à residência nos sábados, domingos e feriados e, nos dias úteis, das 22 horas às 06 horas, ressalvados casos de emergência do **COLABORADOR** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juízo de execução e ao **MPF**, com saída autorizadas nos finais de semana exclusivamente para prestar serviços à comunidade conforme disposto na alínea "v" abaixo;

- ii) poderá, em cada período de 12 (doze) meses no presente regime, recolher-se por até 3 (três) dias em local diverso do previsto no *caput*, desde que comunique previamente ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana;
- iii) ficará submetido à vigilância eletrônica pessoal em tempo integral, mediante o uso de tornozeleira;
- iv) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;
- v) deverá prestar serviços à comunidade, à razão de 22 (vinte e duas) horas mensais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal do **COLABORADOR**, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;
- vi) não poderá realizar viagens, exceto dentro do território nacional por motivo de trabalho, com a comunicação prévia, ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que respeitado o período regular de recolhimento domiciliar;

d) 1 ano de reclusão no **regime aberto** diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Me, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

- i) deverá se recolher à residência nos sábados, domingos e feriados, cabendo ao Juízo de execução a definição da forma de fiscalização do cumprimento da pena privativa de liberdade, ressalvados casos de emergência do **COLABORADOR** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;
- ii) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;
- iii) deverá prestar serviços à comunidade, à razão de 22 (vinte e duas) horas mensais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal do **COLABORADOR**, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;
- iv) poderá realizar viagens, dentro do território nacional, por motivo de trabalho, devidamente justificada ao juízo e respeitado o período regular de recolhimento domiciliar;
- v) poderá realizar viagens internacionais por motivo de trabalho e familiar, devidamente comprovada, por duração máxima de 07 (sete) dias, com a comunicação prévia ao Juízo de execução, ou por outro motivo relevante previamente autorizado pelo Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que, em todas as hipóteses, seja respeitado o período e o local regulares de recolhimento domiciliar no Brasil e que as viagens não sejam para fins recreativos ou de lazer.

e) após o cumprimento da pena na forma dos itens antecedentes (itens "b", "c" e "d"), durante o restante da pena definida na Cláusula 4ª, I, o **COLABORADOR** deverá, semestralmente, informar o seu endereço domiciliar, endereços eletrônicos e telefones, assim como de seus advogados, e fornecer relatório sobre suas atividades ao Juízo de execução e ao **MPF**, assim como deverá observar as demais obrigações não privativas de liberdade constantes neste acordo, excluídas as obrigações constantes nesta cláusula 4ª.

III. O pagamento de **multa**, cuja destinação será definida pelo Juízo de homologação, no valor de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**.

a) o **COLABORADOR** deverá depositar o valor da multa em conta judicial vinculada ao Juízo de homologação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de homologação do presente acordo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

b) O atraso no pagamento da multa importará na incidência de multa de mora de 20%, na correção do débito pela taxa SELIC, e na execução das garantias oferecidas pelo **COLABORADOR**.

c) os bens bloqueados pela 13ª Vara Federal Criminal poderão servir para o pagamento da multa estipulada nesse artigo.

IV. o perdimento, na forma do art. 7º da Lei nº 9.613/98, ainda que tenham sido convertidos, total ou parcialmente, em outros bens móveis ou imóveis, de todos os valores recebidos pelo **COLABORADOR** em quaisquer das seguintes situações, conforme descrito nos APENSOS deste Acordo:

a) do saldo integral existente na conta bancária e em eventuais contas de investimentos mantidos no Banco Heritage, na Suíça, vinculados à offshore SHELLBILL FINANCE;

b) por intermédio de operações financeiras ilícitas, assim reconhecidas por autoridade judiciária;

c) bens móveis e imóveis adquiridos integral ou parcialmente com os recursos referidos nos itens "a" e "b", devendo o perdimento, que se restringirá ao proveito ilícito, ser liquidado por meio da transferência do bem adquirido ou mediante o depósito judicial do valor atualizado do equivalente, a critério do **COLABORADOR**.

V. a proibição de manter qualquer contato com agentes públicos e políticos pelo período em que estiver cumprindo as penas acima fixadas em regime fechado e semiaberto;

VI. a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período em que estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VII. a proibição de trabalhar, de qualquer forma, direta ou indiretamente, em qualquer atividade relacionada ao marketing para campanhas eleitorais, seja no Brasil ou no exterior, durante o cumprimento das penas fixadas no presente acordo no regime fechado e semiaberto;

Parágrafo 1º. O MPF pleiteará em favor do **COLABORADOR** os benefícios ora acordados, bem como zelará pela observância dos direitos previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013.

Parágrafo 2º. O Ministério Público postulará ao Juízo competente que a multa a que se refere o art. 58 do Código Penal seja estipulada, em relação ao **COLABORADOR**, no valor mínimo legal.

Parágrafo 3º. o **COLABORADOR** apresenta, nos APENSOS deste Acordo, declaração de todo seu patrimônio, em nome próprio ou de terceiros (pessoas físicas, jurídicas, offshores, trustes, etc.).

Parágrafo 4º. o **COLABORADOR** se compromete a entregar ao Ministério Público todos os documentos e dispositivos eletrônicos que tenha em seu poder e que possam, de alguma forma, a critério do Ministério Público, apresentar utilidade para a investigação.

Parágrafo 5º. o **COLABORADOR** renuncia aos valores e bens, móveis e imóveis, citados no inciso "IV", os quais encontram-se especificados nos APENSOS deste Acordo, mediante a assinatura em favor do **MPF** "termo de renúncia", podendo o **COLABORADOR** optar pela entrega dos bens móveis e imóveis ou pelo depósito judicial do valor atualizado do bem.

Parágrafo 6º. As declarações e os cálculos apresentados pelo **COLABORADOR**, no tocante aos seus rendimentos, patrimônio e bens objeto de perdimento, para os fins dos incisos "III" e "IV" desta cláusula, poderão ser submetidos pelo **MPF** à análise a fim de confirmar a observância dos critérios ora pactuados.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten mark]

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parágrafo 7º. Os rendimentos e o patrimônio não declarados pelo **COLABORADOR** nos APENSOS deste Acordo serão objeto de perdimento, sobre eles incidindo multa adicional de 200% (duzentos por cento).

Parágrafo 8º. Para a quitação da multa cível estabelecida no inciso "III" não se admitirá a compensação com os valores objeto de perdimento nos termos deste acordo.

Cláusula 5ª. Atingido ou superado a pena de **15 (quinze) anos**, o **MPF** proporá a suspensão de ações penais em desfavor do **COLABORADOR**, bem como, na forma do art. 4º, §3º, da Lei nº. 12.850/13 a suspensão dos respectivos prazos prescricionais pelo lapso temporal de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos sem a prática de fato imputável ao **COLABORADOR** que justifique a rescisão deste acordo, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os procedimentos suspensos até a extinção da punibilidade.

Cláusula 6ª. Ocorrendo rescisão do acordo por fato imputável ao **COLABORADOR**, voltarão a fluir todas as ações penais, suspensas em razão do presente acordo, e as penas fixadas ao **COLABORADOR** serão cumpridas nos termos da sentença, de acordo com o art. 33 do Código Penal.

Cláusula 7ª. Caso o **COLABORADOR** desista do acordo antes de sua homologação judicial ou em caso de não homologação judicial, as provas por ele produzidas não poderão ser utilizadas em seu desfavor.

Cláusula 8ª. Após a assinatura do presente acordo, serão colhidos os depoimentos do **COLABORADOR** sobre o conteúdo dos anexos referidos na cláusula 3ª, por meio dos quais o **MPF** verificará a utilidade e fidedignidade dos relatos, e, presentes tais requisitos, o **MPF** submeterá o acordo à homologação judicial.

Parágrafo único. O **MPF** poderá não levar à homologação o acordo cujos depoimentos do **COLABORADOR** não correspondam aos anexos referidos na cláusula 3ª e, neste caso, os relatos e as provas constantes dos respectivos anexos não poderão ser utilizados.

Cláusula 9ª. O **MPF** postulará o reconhecimento apenas do efeito declaratório dos atos de improbidade administrativa objeto de Ações de Improbidade já propostas ou que venham a ser propostas em relação ao **COLABORADOR**, em todas as ações de improbidade de atribuição de signatários ou aderentes deste acordo, submetendo a presente cláusula à homologação perante a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Cláusula 10. Caso o **COLABORADOR**, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família o **MPF**, a Polícia Federal e o Juízo competente adotarão as providências necessárias para sua inclusão no programa de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8º e 15 da Lei nº 9.807/99.

Cláusula 11. As partes somente poderão recorrer da decisão judicial no que toca à fixação da pena, do regime de cumprimento e da multa, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros do presente acordo.

IV – Condições da Proposta

Cláusula 12. Para que do presente acordo proposto pelo **MPF** derivem os benefícios ao **COLABORADOR** nele elencados, especialmente os constantes na cláusula 4ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente:

Ⓜ

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- a) à identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, bem como à identificação e comprovação das infrações por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes públicos e políticos que tenham praticado ou participado de ilícitos;
- b) à revelação da estrutura hierárquica e à divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;
- c) à recuperação total ou parcial do produto e proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior;
- d) à identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos;
- e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo;
- f) entrega de extratos bancários de contas, objeto das investigações, no exterior até a presente data, salvo impossibilidade material de acesso a essas informações devidamente comprovada pelo **COLABORADOR**;
- g) em razão da celebração do acordo de colaboração, e especialmente durante o período de cumprimento de pena previsto na cláusula 5ª o **COLABORADOR** obriga-se a, no que lhe for aplicável, colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3, da Lei nº 12.850/2013.

Cláusula 13. Para tanto, o **COLABORADOR** se obriga, sem malícia ou reservas mentais, a:

- a) esclarecer espontaneamente todos crimes que praticou, participou ou tenha conhecimento, os quais são apontados pelo **COLABORADOR** no âmbito desse acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;
- b) falar a verdade incondicionalmente, em todos os procedimentos investigatórios e processos criminais, cíveis, administrativos, disciplinares e tributários;
- c) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal sob suas expensas a qualquer das sedes do MPF e da POLÍCIA FEDERAL, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial que sejam objeto da presente colaboração;
- d) entregar todos os documentos, papeis, escritos, fotografias, gravações de sinais de áudio e vídeo, banco de dados, arquivos eletrônicos, senhas de acesso, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros, e que possam contribuir, a juízo do **MPF**, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;
- e) indicar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do **MPF**, relevantes ou úteis;
- f) não impugnar, por qualquer meio, o presente acordo de colaboração, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial e resultante de descumprimento do acordo ou da lei pelo **MPF** ou pelo Poder Judiciário;
- g) afastar-se completamente de toda e qualquer atividade criminosa;
- h) comunicar imediatamente o **MPF** caso seja contatado por qualquer coautor ou partícipe dos esquemas criminosos de que fez parte ou tem conhecimento, exceto por relações que decorram das atividades profissionais e pessoais desde que lícitas, vedado nestas hipóteses tratativas sobre quaisquer fatos objeto deste acordo;
- i) guardar decoro pessoal durante o cumprimento das penas privativas de liberdade, bem como comportamento condizente com as normas morais e sociais e a natureza penal das restrições que lhe foram impostas;
- j) informar, quando requerido, senhas, logins, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico e dispositivos eletrônicos utilizados pelo **COLABORADOR**, nos fatos objeto do presente acordo, inclusive fornecendo autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas e dispositivos;
- k) identificar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do presente acordo e entregar os respectivos extratos de contas controladas pelo **COLABORADOR**, no Brasil ou no exterior, salvo comprovada

impossibilidade de fazê-lo, ainda que para tanto necessite de colaboração de terceiros, às suas expensas;

l) indicar em anexo próprio e manter atualizado números de telefone e endereços eletrônicos próprio e de seu advogado constituído, nos quais o **COLABORADOR** poderá ser notificado para atender no prazo estabelecido pelo **MPF** a qualquer finalidade visando ao pleno cumprimento do acordo;

m) fornecer ao **MPF**, quando requerido, informações e documentação acerca de todas as contas bancárias e telefônicas, bem como, no último caso, autorizações necessárias para que o **MPF** as obtenha diretamente;

n) colaborar amplamente com o **MPF** e com outros Órgãos e autoridades públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil e autoridades estrangeiras indicadas pelo **MPF** no que diga respeito aos fatos do presente acordo.

Cláusula 14. o **COLABORADOR** fornecerá ao **MPF** e a outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF**, quando requerido, todos os dados de sua movimentação financeira no Brasil e no exterior, o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, mesmo que as contas não estejam em seu nome e sim no de pessoas físicas ou jurídicas interpostas ou de estruturas patrimoniais personalizadas, tais como empresas *offshore*, *trusts*, fundações pessoais, procuradores, comissários ou agentes, ainda que informalmente constituídos, ou ainda familiares.

Parágrafo 1º. Se, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento, não forem fornecidos ao solicitante as informações e documentos tratados no *caput*, o **COLABORADOR** autorizará o **MPF** ou outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF** a acessarem e obterem diretamente tais informações e documentos.

Parágrafo 2º. o **COLABORADOR** assinará termo específico para os fins do *caput*, bem como desde logo renuncia, para a mesma finalidade, ao sigilo deste acordo, limitada a exibição às instituições financeiras relevantes, desde que também se comprometam a respeitar o sigilo no que diz respeito a terceiros.

Cláusula 15. A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração não tem caráter exaustivo, tendo o **COLABORADOR** o dever geral de cooperar com o **MPF** e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste acordo.

Cláusula 16. Os depoimentos colhidos serão registrados em duas vias, das quais não terá cópia o **COLABORADOR** ou a sua defesa técnica, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário.

V – Compartilhamento de Provas.

Cláusula 17. A prova obtida mediante a presente avença de colaboração premiada será utilizada validamente, após a homologação deste, para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também ao Ministério Público dos Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil e a outros órgãos nacionais, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativas (inclusive disciplinares), de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do **MPF**.

Parágrafo único. Os anexos, depoimentos e provas apresentados pelo **COLABORADOR**, no âmbito do presente acordo, somente poderão ser usados, quanto aos atos de improbidade administrativa,

(14)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

para instruir Ações de Improbidade Administrativa já propostas ou que venham a ser propostas em relação ao **COLABORADOR**, se observado o procedimento estipulado na cláusula 9ª.

Cláusula 18. O **MPF** somente compartilhará os dados, depoimentos, informações e provas com autoridade estrangeira para uso em face do **COLABORADOR**, ou prestará cooperação jurídica internacional para tal finalidade, se a autoridade estrangeira se comprometer a respeitar os termos do presente acordo de colaboração.

Parágrafo 1º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente acordo poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para uso em face do **COLABORADOR** caso as penas privativas de liberdade e as penas restritivas de direito impostas no Brasil sejam computadas na eventual pena imposta pelo Estado Requerente com base nos mesmos fatos.

Parágrafo 2º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente acordo poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para utilização em face de terceiros, desde que observados os termos deste acordo.

VI – Renúncia à Garantia contra a Autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.

Cláusula 19. Ao assinar o acordo de colaboração, o **COLABORADOR**, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, aos quais, nos termos do art. 4º, §14º, da Lei nº 12.850/2013, o **COLABORADOR** renuncia, em especial no que tange aos depoimentos prestados no bojo da presente colaboração, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade e não omitir fatos sobre o que lhe for perguntado.

VII – Imprescindibilidade de defesa técnica.

Cláusula 20. Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo **COLABORADOR**, assistida por seus defensores.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4º, §15º, da Lei nº 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o **COLABORADOR** deverá estar assistido por ao menos um de seus defensores.

VIII – Cláusula de Sigilo.

Cláusula 21. Nos termos do art. 7º, §3º, da Lei nº 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo, seus anexos, depoimentos e provas obtidas, o qual será levantado por ocasião do recebimento da(s) denúncia(s), ou da execução de medida(s) cautelar(e)s restritiva(s) de direito de terceiro(s) e exclusivamente em relação aos fatos nele(s) contemplados, ou por decisão motivada do **MPF**.

Parágrafo 1º. O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do **MPF** e do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 2º. O **MPF** poderá fazer uso perante o Juízo homologatório dos depoimentos e documentos fornecidos pelo **COLABORADOR** logo após a submissão do presente acordo à homologação judicial, garantida a sua não utilização em face do **COLABORADOR** antes de sua homologação judicial.

Parágrafo 3º. Após o recebimento da denúncia ou execução de medida(s) cautelar(e)s restritiva(s) de direito de terceiro(s), eventuais acusados/investigados incriminados ou pessoas cujo direito tenha sido restringido em virtude de medidas cautelares, desde que em virtude da cooperação do

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

COLABORADOR, poderão ter vista deste documento, bem como dos respectivos anexos e depoimentos que tenham embasado a investigação que ensejou a denúncia ou medida cautelar, mediante autorização judicial.

Parágrafo 4º. Os anexos, depoimentos e provas não relacionados à denúncia ou à medida cautelar, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação da efetividade das investigações, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 5º. O presente sigilo estende-se aos eventuais arquivos de áudio e vídeo dos depoimentos prestados no bojo do presente acordo, inclusive na fase judicial.

Cláusula 22. As partes signatárias se comprometem a preservar o sigilo do presente acordo e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, PODER JUDICIÁRIO e POLÍCIA FEDERAL, enquanto o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

Cláusula 23. Dentre os defensores do **COLABORADOR** somente terão acesso ao presente acordo e às informações dele decorrentes os advogados signatários deste termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

IX – Homologação Judicial

Cláusula 24. Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será levado à homologação do Juízo competente para a apreciação dos fatos relatados, em função do acordo, acompanhado das declarações do **COLABORADOR**, nos termos do art. 4º, §7º, da Lei nº 12.850/2013.

X – Rescisão

Cláusula 25. O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) se o **COLABORADOR** descumprir, sem justificativa, qualquer dos dispositivos deste acordo;
- b) se o **COLABORADOR** mentir ou omitir, total ou parcialmente, em relação a fatos ilícitos que praticou, participou ou tem conhecimento;
- c) se o **COLABORADOR** recusar-se a prestar qualquer informação relacionada ao objeto deste acordo de que tenha conhecimento;
- d) se o **COLABORADOR** recusar-se a entregar documento, prova ou senha que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, o **COLABORADOR** indicar ao **MPF** a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido para a adoção das providências cabíveis;
- e) se ficar provado que, após a celebração do acordo, o **COLABORADOR** sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade, assim como fatos ilícitos de que tivesse conhecimento;
- f) se o **COLABORADOR** vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial desse acordo;
- g) se o **COLABORADOR** fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça;
- h) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte do **COLABORADOR**;
- i) se o **COLABORADOR**, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo;
- j) se o **COLABORADOR**, podendo, não quitar nos prazos estabelecidos nesse acordo as multas nele previstas;

Cláusula 26. Rescindido o acordo por responsabilidade exclusiva do **COLABORADOR**, todos os benefícios pactuados em seu favor no presente acordo, deixarão de ter efeito, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

houver apresentado, bem como mantidos quaisquer valores pagos a título de multa nos termos desse acordo.

Cláusula 27. Rescindido o acordo por responsabilidade exclusiva do **MPF**, o **COLABORADOR** poderá, a seu critério, cessar a colaboração, assegurada a manutenção dos benefícios já concedidos e provas já produzidas.

Cláusula 28. o **COLABORADOR** fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizada pelo crime previsto no art. 19 da Lei nº 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

XI – Declaração de aceitação.

Cláusula 30. Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei nº 12.850/2013, o **COLABORADOR**, assistida por seus defensores, declara a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada.


E assim, lido e achado conforme o presente acordo, vai assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam todos os correspondentes efeitos jurídicos.

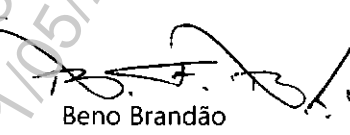
Brasília, 06 de março de 2017.


COLABORADOR:


JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO
CPF – nº 441.627.905

Advogados:


Juliano Campelo Prestes
OAB/PR nº 32.494


Beno Brandão
OAB/PR nº 20.920


Alessi Brandão
OAB/PR nº 44.029

Ministério Público Federal:

Anna Carolina Resende Maia
Procuradora da República

Antonio Carlos Welter
Procurador Regional da República

Athayde Ribeiro Costa
Procurador da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Daniel de Resende Salgado
Procurador da República

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador da República


Sérgio Bruno Cabral Fernandes
Promotor de Justiça

Diogo Castor de Mattos
Procurador da República

Eduardo Botão Pelella
Procurador Regional da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora Regional da República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Jerusa Burmann Viceli
Procuradora da República

Julio Carlos Motta Noronha
Procurador da República

Laura Gonçalves Tessler
Procuradora da República

Ronaldo Pinheiro de Queiroz
Procurador da República

Maria Clara Barros Noieto
Procuradora da República

Melina Castro
Melina Castro Montoya Flores
Procuradora da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

Pedro Jorge do N. Costa
Procurador da República

Paulo Galvão
Procurador da República

Wilton Queiroz de Lima
Promotor de Justiça

Roberson Henrique Pozzobon
Procurador da República

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

**TERMOS DE
COLABORAÇÃO
NºS 01 A 10**

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Impresso por: 3003509578018 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01 que presta

HISTÓRICO PROFISSIONAL

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao seu HISTÓRICO PROFISSIONAL, responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO
Colaborador

BENO BRANDÃO
OAB/PR 20.920

ALESSI BRANDÃO
OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02 que presta

"PERÍODO DE LULA"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacercqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: *QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "PERÍODO DE LULA", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.*

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

BENO BRANDÃO

OAB/PR 20.920

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03 que presta

“RELAÇÃO COM A EMPRESA ODEBRECHT”

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacercqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: *QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como “**RELAÇÃO COM A EMPRESA ODEBRECHT**”, responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado”. Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.*

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO
Colaborador

BENO BRANDÃO
OAB/PR 20.920

ALESSI BRANDÃO
OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04 que presta

“PERÍODO DE DILMA”

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como “PERÍODO DE DILMA”, responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado”. Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

BENO BRANDÃO

OAB/PR 20.920

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

Procurador da República

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05 que presta

"VERBA DE CAMPANHA EL SALVADOR – PAGAMENTO INTERMEDIADO POR LULA – EMPRESA ODEBRECHT"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal, QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "VERBA DE CAMPANHA EL SALVADOR – PAGAMENTO INTERMEDIADO POR LULA – EMPRESA ODEBRECHT", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO
Colaborador

BENO BRANDÃO
OAB/PR 20.920

ALESSI BRANDÃO
OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06 que presta

"CAIXA DOIS DE CAMPANHA PAGO ATRAVÉS DE PROPINAS"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "CAIXA DOIS DE CAMPANHA PAGO ATRAVÉS DE PROPINAS", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO
Colaborador

BENÔ BRANDÃO
OAB/PR 20.920

ALESSI BRANDÃO
OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07 que presta

"CAMPANHA ELEITORAL MARTA E GLEISI

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "CAIXA DOIS DE CAMPANHA PAGO ATRAVES DE PROPINAS", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

JULIANO CAMPELO PRESTES

OAB/PR 32.494

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08 que presta

"CAMPANHA ELEITORAL 2002 – DELCIDIO DO AMARAL"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "CAMPANHA ELEITORAL 2002 – DELCIDIO DO AMARAL", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

JULIANO CAMPELO PRESTES

OAB/PR-32.494

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09 que presta

"COMPRA DE APOIO PARA TEMPO DA TV"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como "COMPRA DE APOIO PARA TEMPO DA TV", responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON

Procurador da República

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

JULIANO CAMPELO PRESTES

OAB/PR 32.494

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10 que presta
"COMPLEMENTAÇÃO DOS TERMOS ANTERIORES"

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presente o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes e o Procurador da República Roberson Henrique Pozzobon, compareceu o senhor JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO, brasileiro, divorciado, filho de João Cerqueira de Santana e Helena de Carvalho Moura, natural de Tucano, Bahia, bacharel em comunicação social, licenciado em jornalismo e publicidade, documento de identidade RG nº 00.621.444-48, CPF nº 059.802.245-72, residente na Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Condomínio Parque Interlargos, Camaçari, Bahia, CEP 42335-000, telefone n. (071) 3628-1319 e (071) 98127-7435 e e-mail joaoacerqueira2016@gmail.com, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam que não fazem uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao anexo que designou como **"COMPLEMENTAÇÃO DOS TERMOS ANTERIORES"**, responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado. Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerradas a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

Promotor de Justiça

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Colaborador

JULIANO CAMPELO PRESTES

OAB/PR 32.494

ROBERSON HENRIQUE ROZZOBON

Procurador da República

ALESSI BRANDÃO

OAB/PR 44.029

**PRINCIPAIS PONTOS-
TC N°s 01 A 10**

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Impresso por: 303.509.578 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	06:00	No início de 2001, quando ainda trabalhava com DUDA MENDONÇA, realizou um diagnóstico eleitoral no qual se verificou que LULA teria chance como candidato à presidência na campanha de 2002. O diagnóstico foi realizado a pedido do Partido dos Trabalhadores.
2	07:20	JOÃO SANTANA dissolveu a sociedade com DUDA MENDONÇA em 2001
3	08:00	JOÃO SANTANA não trabalhou em nenhuma campanha no ano de 2002
4	09:00	Em 20 de agosto de 2005, JOÃO SANTANA foi procurado por GILBERTO CARVALHO, o qual mencionou que LULA gostaria de conversar com o Colaborador;
5	10:30	No dia 24 de agosto de 2005, JOÃO SANTANA reuniu-se com LULA no planalto, o qual perguntou se poderia trabalhar para melhorar a sua imagem, bastante abalada em decorrência do Mensalão
6	11:40	LULA disse que em relação aos honorários, JOÃO SANTANA deveria conversar com ANTONIO PALOCCI
7	15:20	ANTONIO PALOCCI disse para o COLABORADOR não se preocupar com honorários, pois possivelmente a imagem de LULA seria preservada e JOÃO SANTANA seria o responsável por sua campanha de reeleição
8	16:00	No ano de 2006 JOÃO SANTANA foi conversar sobre a campanha de reeleição de LULA, ocasião em que disse para ANTONIO PALOCCI que gostaria que todos os pagamentos fossem realizados de forma oficial

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	03:15	Em Maio ou Junho de 2006, JOÃO SANTANA falou para ANTONIO PALOCCI que os erros anteriores não poderiam ser repetidos, ou seja, que não poderiam receber valores oriundos do Caixa 2
2	05:00 e 09:00	Por volta de agosto de 2006, ANTONIO PALOCCI disse que estava com dificuldades de obter financiamentos pela via oficial e falou para o COLABORADOR que haveria uma via segura para pagá-lo pela via de caixa 2 da Odebrecht, mediante a utilização de contas no exterior. ANTONIO PALOCCI perguntou ao COLABORADOR se possuía conta no exterior para receber os valores, tendo o COLABORADOR dito que sim.
3	07:40 e 10:00	Alguns dias depois da reunião com PALOCCI, JOÃO SANTANA esteve com PEDRO NOVIS, PALOCCI, MONICA e mais algum funcionário da ODEBRECHT, na casa de PEDRO NOVIS em São Paulo, ocasião em que se discutiu aspectos gerais da campanha. No final da reunião o JOÃO SANTANA disse para PEDRO NOVIS que os pagamentos deveriam ser tratados com MONICA MOURA.
4	12:40	Durante a campanha presidencial de 2006, JOÃO SANTANA mencionou pessoalmente para LULA, em duas oportunidades, que não estava recebendo os pagamentos. Disse para LULA que se não houvesse pagamentos, precisaria paralisar seus serviços na campanha. LULA se mostrou surpreso.
5	20:23	No final de 2008, JOÃO SANTANA recebeu uma visita de MAURICIO FUNES, o qual pediu que trabalhasse em sua campanha em EL SALVADOR. Logo em seguida esteve com LULA o qual reforçou o pedido para que JOÃO SANTANA trabalhasse na campanha em EL SALVADOR e garantiu que os pagamentos seriam realizados. No segundo semestre de 2009 JOÃO SANTANA esteve no Palácio do Planalto para conversar com LULA. LULA disse para JOÃO SANTANA ir conversar com EMILIO ODEBRECHT, sendo que o assunto seria adiantado por GILBERTO CARVALHO. Uns dias depois JOÃO SANTANA conversou com EMILIO, o qual disse que trataria do assunto com o Italiano (PALOCCI).
6	34:00	Indagado sobre quais as questões que, segundo PALOCCI, dependeriam do "respaldo do chefe", JOÃO SANTANA mencionou que eram questões referentes aos valores totais de seus honorários nas campanhas.

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	08:30	Uma parte dos pagamentos da campanha de ANGOLA foram realizados ao COLABORADOR pela ODEBRECHT, pela via do caixa 2. Os depósitos foram efetuados na SHELBILL.
2	10:30	O COLABORADOR também prestou serviços no interesse das campanhas de MARTA SUPPLY e GLEISI HOFFMANN, sendo que uma parte dos pagamentos foram realizados com recursos de caixa 2 geridos por ANTONIO PALOCCI (conta corrente com a ODEBRECHT)
3	13:00	Perto da campanha de 2014, havia uma dívida do PT com o COLABORADOR de cerca de R\$ 10 milhões (as dívidas eram referentes a serviços prestados no interesse da primeira campanha de DILMA ROUSSEF). O assunto foi levado por MONICA à VACCARI, o qual viabilizou parte dos pagamentos por intermédio de ZWI ZCORNICK e EIKE BATISTA.
4	19:00	Essas dívidas decorrentes da campanha de 2010 foram tratadas também com DILMA ROUSSEF em 2014, a qual dizia para DILMA conversar com VACCARI.
5	22:20	LULA e DILMA sabiam que as dívidas que possuíam com JOÃO SANTANA seriam salgadas com recursos de caixa 2 da ODEBRECHT.

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	01:30	Em meados de 2014, em uma das reuniões periódicas que matinha com DILMA no Palácio do Alvorada, foi dito pela então Presidente da República ao COLABORADOR que ele não precisaria se preocupar com os pagamentos das dívidas passadas e os pagamentos referentes à campanha de reeleição. Segundo DILMA os assuntos passariam a ser tratados por GUIDO MANTEGA.
2	04:00	Não obstante o compromisso de DILMA, não houve a quitação da dívida, tampouco regularidade nos pagamentos pelos novos serviços prestados.
3	16:45	Por volta de Outubro ou Novembro de 2014, com o avanço das investigações da Lava Jato, DILMA mencionou para JOÃO SANTANA que MARCELO ODEBRECHT estava lhe mandando recados de que teria financiado suas campanhas mediante pagamentos para JOÃO SANTANA no exterior na Shellbill. Os recados foram passados para que DILMA buscasse frear a Operação Lava Jato. DILMA ROUSSEF perguntou para o Colaborador se tais recebimentos foram feitos de "forma segura", ao que JOÃO SANTANA disse que sim, afirmando que tais contas não estavam em seu nome.
4	22:00 e 29:00	MONICA SANTANA recebe em NY uma ligação de EDINHO SILVA, o qual informou que DILMA gostaria de conversar pessoalmente com ela. Nessa reunião foi acerbada uma sistemática de comunicação via e-mail. GILES DE AZEVEDO foi buscar e levar MONICA no aeroporto de Brasília.
5	27:40	DILMA enviou um e-mail para MONICA, em msg cifrada, informando que havia mandado de prisão expedido contra ela e JOÃO SANTANA.

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	01:30	No final de 2008, JOÃO SANTANA recebeu uma visita de MAURICIO FUNES, o qual pediu que trabalhasse em sua campanha em EL SALVADOR. Logo em seguida esteve com LULA o qual reforçou o pedido para que JOÃO SANTANA trabalhasse na campanha em EL SALVADOR e garantiu que os pagamentos seriam realizados. JOÃO SANTANA esteve no Palácio do Planalto para conversar com LULA a respeito, ocasião em que LULA disse para JOÃO SANTANA ir conversar com EMILIO ODEBRECHT sobre o assunto, o qual seria adiantado a ele por GILBERTO CARVALHO. Uns dias depois JOÃO SANTANA conversou com EMILIO, o qual disse que trataria do assunto com o Italiano (PALOCCI).

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impressor: 303-500-1111 Pet 6290
Em: 11/05/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	03:50	Em reunião com LULA, esse pediu para JOÃO SANTANA avisar a DILMA que empresários estavam reclamando de atrasos nos pagamentos da PETROBRAS, atribuindo a responsabilidade à GRAÇA FOSTER. O Colaborador levou o assunto para DILMA, a qual não disse que tomaria qualquer providência.

Curitiba/PR, 06/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impresso por: 303.509.518 Pet 6290
Em: 11/05/2017 14:28:38



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no video	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	01:30	Utilização de recursos de caixa 2 para o financiamento de campanhas de Marta e Gleisi. PAULO BERNARDO foi responsável por coordenar a campanha de GLEISI, inclusive tratando sobre os pagamentos efetuados mediante o emprego de recursos de caixa 2.
2	06:00	A pedido de MARTA SUPPLY, JOAO SANTANA contratou LUIS FAVRE, marido daquela. Não obstante nenhum serviço tenha sido prestado, LUIS FAVRE recebeu da POLIS cerca R\$ 20 mil mensais por um ano. O dinheiro utilizado para os pagamentos era oriundo do caixa 2 do PT junto à Odebrecht.
3	11:50	LUIS FAVRE também foi contratado por DUDA MENDONÇA, a pedido de MARTA SUPPLY. JOÃO SANTANA menciona que ele, da mesma forma, não prestou serviços em decorrência desse contrato.

Curitiba/PR, 07/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impresso por: 30450201788 Pet 6390
Em: 11/05/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	02:00	JOÃO SANTANA discorre sobre reunião que teve com DELCIDIO, na sauna da residência desse, onde o candidato perguntou se poderia custear os serviços do COLABORADOR mediante pagamentos não oficiais no exterior. Os detalhes dos pagamentos foram ajustados entre DELCÍDIO e MONICA MOURA, sendo que houve o pagamento de cerca de USD 1 milhão na conta SHELBILL no exterior.

Curitiba/PR, 07/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impresso por: 303.529.524 Pet 6290
Em: 11/03/2017 14:58



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	04:00	JOÃO SANTANA narra que em diversas oportunidades atrasos dos seus pagamentos foram justificados por PALOCCI e VACCARI, em dispêndios realizados com partidos coligados para obtenção de maior tempo na TV.

Curitiba/PR, 07/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impresso por: 303.509.578 - Pet 6090
Em: 11/05/2017 - 14:53:38



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO
relativo ao
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10
que presta

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

N	Tempo no vídeo	Fato ilícito, autoridade, órgão, ou entidade mencionado
1	01:20	JOÃO SANTANA relata conversas nas quais LULA e DILMA demonstraram possuir conhecimento sobre o custeio de suas campanhas mediante a utilização de recursos de caixa 2.
2	12:30	JOÃO SANTANA relata sobre críticas efetuadas por LULA sobre a gestão de GRAÇA FOSTER na PETROBRAS.

Curitiba/PR, 07/03/2017.

SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

ROBERSON HENRIQUE POZZOBON
Procurador da República

Impresso por 303.509.518-18 - Pet 6390
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXOS 01 A 10

JOÃO DE CERQUEIRA SANTANA FILHO

Impresso por: 303.509.578/18 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXOS

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

ANEXO 01

INTRODUÇÃO

Como sumariamente exposto nos anexos anteriores, JOÃO SANTANA e MONICA MOURA mantiveram intensa relação profissional com os governos do PT, em especial com seus principais líderes, os Presidentes LULA e DILMA e os Ministros ANTONIO PALOCCI e GUIDO MANTEGA. Isso permitiu que JOÃO SANTANA e MONICA MOURA vivenciassem, cada um nas suas atribuições, momentos importantes e reveladores de atos e posturas.

JOÃO SANTANA atuava nas decisões macropolíticas, com contatos permanentes com os principais líderes.

MONICA MOURA tratava das negociações financeiras – discussão de preços, contratos e cobranças. Mas JOÃO SANTANA tinha importante função nos momentos mais decisivos de cobranças, sempre intervindo quando a situação de inadimplência chegava a níveis críticos. Nestas ocasiões, falou diversas vezes com LULA – no seu período – e DILMA, chegando a ameaçar suspender as campanhas, caso não recebesse os pagamentos.

Nestas oportunidades, tanto LULA como DILMA se comprometeram a resolver o impasse e, de fato, os pagamentos voltavam a ocorrer. Tanto os pagamentos oficiais, quanto os recebimentos de valores através de caixa dois.

JOÃO SANTANA delegava plenos poderes a MONICA MOURA por ter total e absoluta confiança pessoal e profissional, que além de sócia, era sua mulher (atualmente há mais de 17 anos).

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXO 02

PERÍODO DE LULA

INÍCIO DOS TRABALHOS

JOÃO SANTANA, que já havia trabalhado na pré-campanha de LULA, quando era sócio de DUDA MENDONÇA, voltou a trabalhar com o Presidente LULA, durante a crise do mensalão, logo após o célebre depoimento de DUDA MENDONÇA na CPI.

JOÃO SANTANA, que estava na Argentina, recebeu um telefonema de GILBERTO CARVAHO, no dia 20 de agosto 2005, pedindo-lhe, em nome do Presidente LULA, que fosse urgente a Brasília.

JOÃO SANTANA chegou no dia 24 de agosto de 2005 à tarde, em Brasília e um carro oficial o esperava no Aeroporto, sendo levado, inicialmente, para residência oficial do então Ministro da Fazenda, ANTONIO PALOCCI, no Lago Sul.

Ali aguardou por cerca de duas horas, quando então foi levado para o Palácio do Planalto, onde se encontrou com o Presidente LULA.

Depois da conversa, PALOCCI disse a JOÃO SANTANA que deveria considerar o mencionado trabalho já como uma "*consultoria de pré-campanha*", pois se o Presidente LULA sáísse bem da crise seria candidato a reeleição. Frisou que era importante o trabalho do publicitário neste sentido.

Adiantou que os "*detalhes práticos*" seriam discutidos depois com MONICA MOURA, o que de fato ocorreu tempos depois. PALOCCI em muitas vezes interviu para que os pagamentos fossem realizados, contudo sempre exigia

que o casal aceitasse receber por fora, o que hoje eles suspeitam que eram valores de propina.

TUDO SEMPRE DEPENDIA DA "PALAVRA FINAL DO CHEFE"

Apesar de nunca ter participado de discussões finais de preços ou contratos – tarefa de MONICA MOURA – JOÃO SANTANA participou dos encaminhamentos iniciais e decisivos com ANTONIO PALOCCI. Nestes encontros ficou claro que LULA sabia de todos os detalhes, de todos os pagamentos por fora recebidos pela Pólis, porque ANTONIO PALOCCI, então Ministro da Fazenda, sempre alegava que as decisões definitivas dependiam da "palavra final do chefe".

"ALERTAS VERMELHO"

Em momentos críticos de inadimplência, durante as campanhas, era JOÃO SANTANA, que após tentativas frustradas de MONICA MOURA, dava o "alerta vermelho" a LULA – e depois a DILMA – ameaçando interromper os trabalhos.

Este tipo de alerta foi feito com LULA, em duas ocasiões: no final do primeiro turno de sua reeleição e, especialmente, no intervalo entre o primeiro e segundo turno. Lula, então, pressionou ANTONIO PALOCCI, então Ministro da Fazenda que colocou a empresa ODEBRECHT no circuito. Futuramente, JOÃO SANTANA soube por sua esposa MONICA MOURA, que ANTONIO PALOCCI tinha poder quase que absoluto sobre o fundo de caixa dois do PT gerido pela ODEBRECHT.

Anotações na agenda de JOÃO SANTANA:

PSDB - 10 anos
 não conseguiu resolver
 nada

— + —
FMNK - 24.03

1. 11 ABRIL
2. 1º MND - SAO PAULO
 LH DAB - TMB
 - RECUPERAR SAO PAULO
 - DIM. JORNAL A TM
 SAO PAULO
3. JORNAL JVL - CUMET
 COPS - VENEZ/ /
 OLIMPÍADA
 (DE VIGOR) TAMBÉM /

L. - 26.03

SP

1. DIL. N. AD. PR
2. PSB - ?
3. DATS CONVENÇÃO
4. REENTRÉE PAULO.
5. BUROCRACIA/MONICA
6. MINEIROS VICE ?

GONDIA

1. 8 ABRIL - ANCEL
2. CASAL/CAPULS

DIAMOND

1. ARREGLO F.M.

ACUM

1. RECUP. ATMSO - MINEI

"L - 26.03" = reunião com LULA

"5. Burocracia/Monica" = atraso de pagamentos que deveriam ser resolvidos com MONICA MOURA.

"Recuperar atraso Mineiro" = cobrar o PALOCCI, chamado de "MINEIRO" por JOÃO SANTANA.

INTERLOCUÇÕES DE JOÃO SANTANA COM LULA

JOÃO SANTANA tem plenas condições de discorrer sobre as interlocuções referente às cobranças realizadas diretamente e pessoalmente com LULA, que aconteceram algumas vezes, em especial aquelas que trataram de

cobrança de atrasados, bem como as oportunidades que ameaçou parar a campanha em razão da inadimplência.

JOÃO SANTANA teve um convívio íntimo inegável com LULA e DILMA, e tem plenas condições de expor com detalhes esses encontros que trataram de pagamentos não oficiais.

“ TEM CONTA FORA? “

Em meio a tratativas de pagamento, ANTONIO PALOCCI, então Ministro da Fazenda perguntou, em determinado momento a JOÃO SANTANA “*você tem conta no exterior?*”. A resposta foi afirmativa porque JOÃO SANTANA havia aberto uma conta, em 1999, para depósitos de campanhas na Argentina.

ANTONIO PALOCCI disse, então, que “*para segurança de todos*” os depósitos seriam feitos, nesta conta, pela empresa ODEBRECHT, pois além do porte e seriedade, a empresa tinha “*o respaldo do chefe*”.

“CONTA CORRENTE”

A partir daí – ou seja, da campanha de reeleição do Presidente LULA – foi aberta uma espécie de “conta corrente” informal, entre o Partido dos Trabalhadores e a Polis, onde o partido ia rolando dívidas acumuladas, ao longo de diversas campanhas, exclusivamente relacionadas a serviços efetivamente prestados.

A administração destas dívidas era feita por ANTONIO PALOCCI, coordenadores financeiros das campanhas e tesoureiros do PT, com plena ciência dos candidatos e principais líderes do partido (LULA e depois

DILMA). Os repasses no exterior foram feitos, exclusivamente, pela empresa ODEBRECHT.

Provas: anotação na agenda pessoal de JOÃO SANTANA reunião em 26.03.12, com "L." (Lula) com os seguintes dizeres: "RECUPERAR ATRASO - MINEIRO" (codinome que eles usavam para ANTONIO PALOCCI), relativo a cobrança de dívida da campanha de Dilma de 2010.

Esse item inclusive está relacionado na agenda com outro assim descrito "BUROCRACIA/MONICA", relativo à parte que cabia a Monica de cobrança dos valores, e que estavam com grande atraso.

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6830
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXO 03

RELAÇÃO COM A EMPRESA ODEBRECHT

Este vínculo de confiança com a empresa ODEBRECHT fez também com que a empresa ajudasse no pagamento de campanhas feitas em países onde ela tinha negócios, como foram os casos das campanhas de Angola, Venezuela e Panamá, conforme já referido nos anexos anteriores (MONICA MOURA).

HISTÓRICO DA DÍVIDA DO PT

Por causa do grande número de campanhas que a PÓLIS fez para o PT, foi se acumulando “pedaços” de dívidas que iam sendo roladas e incorporadas dentro de novas campanhas. Isso gerou desequilíbrio financeiro na empresa, e aumentou o poder de barganha do Partido que pôde impor métodos de pagamentos aos quais a PÓLIS teve que se submeter (hoje deduzem que são valores por fora oriundos de propinas).

Em termos práticos, restos a pagar da campanha de LULA em 2006 foram se juntando aos custos das campanhas de MARTA SUPPLY e GLEISI HOFFMANN em 2008, como, por sua vez, somaram-se a de DILMA em 2010, às de HADDAD e PATRUS em 2012, e, assim, rolando até a de DILMA em 2014.

O PT foi criando uma espécie de pirâmide somente interrompida em 2015, com uma dívida, jamais paga, a superior a 20 milhões de reais. Como forma de realizar os pagamentos, o PT foi utilizando recursos ilícitos que tinha para receber de empreiteiros. Para facilitar operações, foi acumulando os referidos pagamentos (“por fora”) por conta exclusiva da

ODEBRECHT (no total, correspondiam aproximadamente a 20% do custo oficial).

Ressalte-se, que com relação aos pagamentos não oficiais, como regra de mercado, não existia uma norma fixa, mas permeava entre 20 e 30 % do valor oficial.

A ODEBRECHT, por sua vez, foi acumulando e administrando esta dívida do PT, com seus compromissos financeiros com as campanhas do interesse da empresa no exterior – no caso, Angola, Venezuela e Panamá.

Assim iniciou-se um círculo vicioso:

A Pólis para continuar fazendo as campanhas teve que receber valores oriundos de caixa dois → o PT para poder contratar os serviços de JOÃO SANTANA, tido como o melhor marqueteiro do mercado, se valia dos recursos ilícitos transferidos pagas pelas empreiteiras → e as empreiteiras pagavam para garantir que se manteriam nas obras do governo.

Impresso por: 303:509:57878 Pet 6830
Em: 11/05/2017 12:59:18

ANEXO 04

PERÍODO DE DILMA

Este tipo de negociação informal entre JOAO SANTANA e MONICA MOURA e as campanhas petistas se intensificaram durante o período de DILMA ROUSSEF, com a participação direta da Presidente.

A seguir, os fatos mais relevantes.

PROMESSA DE PAGAMENTO ANTECIPADO

Em maio/junho de 2014, num almoço íntimo no Palácio da Alvorada entre DILMA e JOÃO SANTANA, sem testemunhas, a Presidente DILMA ROUSSEF anunciou ao publicitário que ficasse tranquilo em relação à regularização de qualquer pendência ainda existente, valores recebidos por fora oriundos de caixa dois visto que os oficiais tinham sido pagos para quitação perante a Justiça Eleitoral) e, também com relação a futura campanha de 2014, porque ela (DILMA ROUSSEF) havia discutido um programa de pagamentos que seria coordenado por uma pessoa de "total confiança", para evitar o que ocorrera em 2010, quando houve desvio de recursos destinados ao marketing para " um pagamento insólito e inesperado".

JOÃO SANTANA na oportunidade lembrou a Presidente DILMA ROUSSEF que a dívida de 2010 ainda era alta e que estava trazendo sérios problemas de liquidez a sua empresa. E, JOÃO SANTANA ouviu em resposta "Fique tranquilo que tudo será resolvido, rapidamente, em relação a esta dívida. E o que estamos planejando vai permitir, inclusive, pagarmos uma parte antecipada da campanha deste ano".

Presidente DILMA ROUSSEF disse que o pagamento seria feito da "forma tradicional" (por fora) e que GILES AZEVEDO, seu assessor de confiança, ligaria para MONICA MOURA para colocá-la em contato com esta pessoa. No dia posterior, GILES AZEVEDO ligou para MONICA MOURA pedindo que ela procurasse GUIDO MANTEGA, então Ministro da Fazenda, a pedido da Presidente.

NÃO CUMPRIMENTO DA PROMESSA

Em agosto de 2014, já na fase de gravação dos primeiros programas, JOÃO SANTANA informou a Presidente DILMA ROUSSEF que a promessa não vinha sendo cumprida, conforme o combinado – havia ainda uma dívida pendente de 2010, e os pagamentos de 2014 não estavam obedecendo o cronograma combinado.

A Presidente DILMA ROUSSEF demonstrou irritação e disse que iria tratar diretamente do assunto com GUIDO MANTEGA. Após a conversa, os pagamentos começaram a ser feitos, mas jamais no ritmo prometido, o que ocasionou a permanência da dívida e outras cobranças de JOÃO SANTANA, durante e depois da campanha.

ALERTA SOBRE MARCELO ODEBRECHT

Em outubro/novembro de 2014, já no gozo do segundo mandato, e durante um almoço a dois no Alvorada – eram constantes almoços e jantares de trabalho, a maioria a dois, entre a Presidente DILMA ROUSSEF e JOÃO SANTANA – a Presidente comentou sobre rumores do medo que MARCELO ODEBRECHT sentia da Operação Lava-Jato, e de que ele estaria vazando informações sobre pagamentos da campanha, em

conversas com interlocutores próximos da Presidente DILMA ROUSSEF, como forma de mandar um recado para a Presidente.

Ela perguntou se os pagamentos tinham sido "feitos de forma segura", no que JOÃO SANTANA respondeu que sim. A Presidente lembrou, então, que seria difícil MARCELO ODEBRECHT provar o que estava falando, porque ela sabia que MARCELO ODEBRECHT também havia pago campanhas feitas por JOÃO SANTANA, em países do interesse da empresa no exterior e que isso o comprometeria, caso ele resolvesse dar detalhes sobre as campanhas brasileiras.

Lembrou, também, que os altos valores oficiais da campanha poderiam ser usados como argumento de defesa.

Por via das dúvidas, recomendou que JOÃO SANTANA e MONICA MOURA, que estavam intensificando suas atividades no exterior, permanecessem, o tempo que pudessem, por cautela fora do país. E que "qualquer novidade avisaria".

CHAMADO URGENTE

No final de novembro de 2014, MONICA MOURA estava de férias em NY com JOÃO SANTANA e recebeu um chamado urgente para ir a Brasília. JOÃO SANTANA permaneceu em NY e MONICA MOURA foi num vôo de "bate e volta" à Brasília, quando foi informada de que os boatos haviam se intensificado.

Na oportunidade, a Presidente DILMA ROUSSEF reforçou a sugestão de que JOÃO SANTANA e MONICA MOURA permanecessem fora do país e se comprometeu a mandar qualquer alerta por uma conta de e-mail criada com MONICA MOURA exclusivamente para este fim

TROCA DE EMAILS SECRETOS

JOÃO SANTANA teve acesso a troca de e-mails, nos meses seguintes, e ajudou a responder, de forma metafórica, alguns deles, em especial aqueles recebidos nas vésperas da decretação da prisão dos dois publicitários.

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXO 5

VERBA DE CAMPANHA DE EL SALVADOR – PAGAMENTO INTERMEDIADO POR LULA – EMPRESA ODEBRECHT

No final do ano de 2008, no final da campanha presidencial de El Salvador faltou verba para comprar espaço publicitário nas tvs locais.

Como o pedido para realizar a campanha havia sido realizado por LULA, JOÃO SANTANA veio ao Brasil e comunicou esse problema diretamente com LULA.

LULA deu o telefone de EMÍLIO ODEBRECHT ao JOÃO SANTANA, pedindo que ligasse em seu nome, assegurando que EMÍLIO iria resolver o problema.

JOÃO SANTANA ligou para EMÍLIO ODEBRECHT, que pediu que JOÃO SANTANA avisasse a LULA que preferia tratar desse tema com o “Italiano”, referindo-se a ANTONIO PALOCCI.

JOÃO SANTANA soube tempos depois que o tema foi resolvido, a mando de EMILIO ODEBRECHT, pela subsidiária do Panamá.

Vale repetir que, em 2008, JOÃO SANTANA foi convidado a fazer a campanha presidencial em El Salvador, do candidato de esquerda, MAURÍCIO NUNES. O pedido foi feito pelo Presidente LULA.

Era uma campanha pequena, muito difícil de ganhar, grande desafio profissional, mas foi cobrado um valor baixo.

ANEXO 6

CAIXA DOIS DE CAMPANHA PAGO ATRAVES DE PROPINAS

Dada a cultural politica brasileira de caixa dois nas campanhas eleitorais – Uma pratica em 99,99% das campanhas – JOAO SANTANA e MONICA MOURA nunca se preocuparam em identificar as causas, motivos e origens dos recursos que lhes eram pagos de forma extraoficial.

Mas tinham a obvia suspeita de que os governos, governantes e partidos que se beneficiavam deste tipo de “ajuda” eram compensados com algum tipo de vantagens seja por benefícios indiretos ou propinas.

Contudo, nunca tiveram conhecimento especifico de qual obra, setor ou programa se originaram estes benefícios.

No caso da ODEBRECHT, empresa com quem estabeleceu um vinculo mais constante – por recomendação do PARTIDO DOS TRABALHADORES desde a campanha de reeleição de LULA – nunca houve curiosidade especifica, dada a amplitude de obras que a empresa realizava para os diversos governos do PARTIDO DOS TRABALHADORES.

No entanto, acharam insólito quando JOAO VACARI, debaixo de forte pressão para que pagasse os atrasados, recorreu a empresa do ZWI e EIKE, para que saldasse estes débitos.

Esta desconfiança foi se tornando mais clara quando veio a publico os primeiros eventos da Lava Jato.

JOAO SANTANA e MONICA MOURA comentaram, entre si, sobre dois episódios que haviam presenciado, isoladamente, e que ganharam novo significado, vistos de “trás para diante”.

Episodio 1: VACARI criticava, com MONICA MOURA, a atuação de GRAÇA FORTES que, segundo ele, atrasava sistematicamente o pagamento de "empresas amigas".

Episodio 2: Em conversa com JOAO SANTANA, cheia de criticas a DILMA, LULA também criticou duramente a GRAÇA FORTES pelo mesmo motivo. Chegou a pedir a JOAO SANTANA que falasse com DILMA que as empresas que prestavam serviços a PETROBRAS estavam ameaçando parar as obras por causa dos atrasos.

O que na época, pareceriam queixas politicas de rotina, hoje passaram a ser fortes indícios de que recursos ilícitos eram gerados através da PETROBRAS.

Impresso por: 303.509.578-70 Pet 6839
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXO 7

CAMPANHA ELEITORAL MARTE E GLEISI - CONHECIMENTO
SOBRE O CAIXA 2

O Caixa 2 do PT, coordenado por Palocci, também serviu para pagar dívidas das campanhas da senadora Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo e da senadora Gleisi Hoffmann, à prefeitura de Curitiba. Nos dois casos, com pleno conhecimento das candidatas.

Marta Suplicy, inclusive, tinha um papel mais direto do que Gleisi na gestão financeira da sua campanha. No caso de Gleisi, este papel era exercido por seu marido, o então ministro Paulo Bernardo.

Por diversas vezes JOÃO SANTANA acompanhou MONICA MOURA na cobrança de atrasos a Paulo Bernardo e, em uma delas, Paulo Bernardo disse, com o assentimento de Gleisi, que também estava presente, que Palocci iria assumir uma dívida de 1,5 milhão (Vale lembrar que o valor da campanha foi em torno de 6 milhões; destes, 1 milhão e 375 mil foram pagos oficialmente; o restante via Caixa Dois).

Os Colaboradores não acharam estranho o fato de Palocci assumir parte da dívida, já que tinha sido ele que primeiro nos procurou, acompanhando Paulo Bernardo, para convencer JOÃO SANTANA a assumir a campanha de Gleisi.

JOÃO SANTANA relutou muito no início em aceitar a campanha porque além de Gleisi não ter chances de vitória, JOÃO já estava comprometido com outra campanha grande e difícil, a de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo.

As dificuldades de Gleisi eram tão notória que ela própria e Paulo Bernardo viam a campanha municipal mais como um degrau para candidatura, no futuro, ao Senado, que se concretizou.

No caso de Marta, a candidata acompanhava passo a passo todas as negociações financeiras. Era MONICA quem acompanhava isto, mas algumas vezes JOÃO SANTANA presenciou. Na época, Marta era ministra do Turismo do governo Lula. Ela, inclusive, trouxe Palocci a tiracolo para a primeira reunião que fizemos, em São Paulo, quando me convidou oficialmente para fazer o marketing de sua campanha. E depois tivemos outra reunião, em Brasília, também com a presença de Palocci.

Marta sabia da relação antiga que tínhamos com Palocci e entendia que isso facilitaria o fechamento do negócio. A responsabilidade de Palocci decorria também do compromisso da cúpula do PT, e do próprio presidente Lula, com a candidatura de Marta. Ouvi, inclusive, ela dizer algumas vezes que eles tinham uma dívida histórica com ela por causa da ajuda financeira que dera na campanha de Lula, em 2002, quando ela era prefeita.

Além da ligação histórica de Marta com o partido, seria bastante estratégico para o projeto de poder petista a retomada da prefeitura de São Paulo, que estava em mãos de Kassab, na época fortemente vinculado ao projeto do PSDB.

Lembro que Marta e Palocci sugeriram, em 2008, que MONICA procurasse inicialmente Edson Ferreira, tesoureiro do PT paulista, e pessoal bastante ligada a ela. Edson assumiu o pagamento da parte oficial da campanha e também uma parcela da parte por fora. Marta disse a

MONICA que não se preocupasse com o restante do pagamento porque ela já teria se acertado com Palocci.

Como toda grande campanha, nós começamos a pré-campanha de Marta bem cedo, já no início do ano. Marta fez um pedido curioso na época: que nossa empresa contratasse o então marido dela, Luis Favre, que precisava de emprego regular por ser estrangeiro. Que não nos preocupássemos com o custo disso porque seria compensado na verba não oficial da campanha. Palocci reforçou este pleito.

Mesmo achando o pedido curioso, JOÃO SANTANA lembrou, depois, que Marta fizera pedido semelhante, no passado, a Duda Mendonça durante o tempo dela como prefeita de São Paulo.

Luis Favre foi contratado com um salário de cerca de 20 mil mensais e seu contrato durou aproximadamente um ano, perdurando vários meses após a campanha, sem que nunca trabalhasse para nós. Marta disse, inclusive, que não nos preocupássemos com isto porque o currículo de Favre nos permitiria dizer que ele prestava consultoria em nossas campanhas internacionais.

Palocci honrou o compromisso pagando parte em espécie e o restante foi depositado na Shell Bill pela Odebrecht.

ANEXO 8

CAMPANHA ELEITORAL 2002 – DELCÍDIO DO AMARAL
DELCÍDIO EXIGIU QUE PARTE DO PAGAMENTO DE SUA
CAMPANHA PARA O SENADO EM 2002 FOSSE FEITA NO
EXTERIOR

Em 2002, JOÃO SANTANA foi convidado a fazer a campanha de DELCÍDIO DO AMARAL ao Senado Federal, pelo Mato Grosso do Sul.

DELCÍDIO DO AMARAL no ano de 2002 ocupava o cargo de Secretário de Infraestrutura do Governo do Mato Grosso do Sul.

Kleber Mourão Vieira Paulistano de Santana, responsável pela empresa SP TRAVEL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. - CNPJ 02.101.417/0001-76, comprou a passagem para que JOÃO SANTANA fosse encontrar DELCÍDIO DO AMARAL em sua residência em Campo Grande.

Durante a negociação, na casa de DELCÍDIO DO AMARAL, JOÃO SANTANA foi convidado, de forma inusitada, a conversar dentro da sauna, pois claramente DELCÍDIO DO AMARAL visava preservar informações quanto a valores e forma de pagamento.

Nesta reunião inusitada, JOÃO SANTANA disse a DELCIDIO que toda e qualquer discussão envolvendo valores e forma de pagamento deveria ser feita, exclusivamente, com MONICA MOURA, pois tratava somente das áreas criativa e estratégica.

Contudo, JOÃO SANTANA tem conhecimento que no primeiro contato com MÔNICA, DELCÍDIO DO AMARAL exigiu, para a contratação de JOÃO SANTANA, que parte do pagamento fosse feita por transferência em conta no exterior, uma vez que DELCÍDIO não teria como justificar o valor pago ao TSE.

O valor da campanha, no importe de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), bem como os detalhes da negociação, foram acertados em um segundo momento, entre MONICA MOURA e DELCÍDIO DO AMARAL, inclusive a forma do pagamento referente ao valor oficialmente declarado e o valor que foi pago no exterior, ficando claro para MONICA MOURA que se eles (JOÃO SANTANA e MONICA) não aceitassem receber valores no exterior, DELCÍDIO não os contrataria.

O valor total da campanha era de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), o combinado foi o pagamento de R\$2.000,00 (dois milhões de reais) declarados e R\$2.000,00 (dois milhões de reais) não declarados (USD 1.000.000,00) na época.

Logo após o término da campanha, em outubro/novembro 2002, foi efetuado o pagamento: uma transferência de uma conta de uma *offshore* no exterior para a conta SHELLBILL na Suíça.

ANEXO 9

COMPRA DE APOIO PARA TEMPO NA TV

A necessidade do aumento do tempo de televisão – desejado e necessário para todo candidato – fez com que se desenvolvesse um verdadeiro leilão oculto nas campanhas eleitorais em todo o Brasil.

Pela legislação brasileira, cada partido tem direito a uma determinada fração de tempo no horário eleitoral, tanto no programa como nas inserções.

Este tempo, pela lei, é dividido de acordo com o peso de cada bancada – quanto mais deputado tem um partido, mais tempo de TV ele tem direito.

Quando se forma uma coligação, soma-se o tempo de TV de cada partido em favor do candidato majoritário desta coligação.

Isso aumenta o poder de barganha política e financeira dos partidos. Quanto mais tempo tem um partido, mais valor ele tem na bolsa eleitoral. Pode ter mais cacife no leilão.

Eram fortes as evidências e rumores de que isso ocorria na maioria das campanhas que JOÃO SANTANA trabalhou. JOÃO SANTANA nunca participou de nenhuma negociação financeira deste tipo, mas algumas vezes tanto ele, quanto MONICA MOURA, foram informados que os seus

pagamentos atrasariam porque o dinheiro teve que ser usado para ajudar as campanhas de partidos aliados.

Tanto Palocci, como Vaccari, comentaram sobre isso, e alegavam que, como o contrato de JOÃO era mais perene e de mais confiança, ele poderia esperar um pouco.

JOÃO não sabe estipular o preço, nem quanto foi investido neste tipo de pagamento mas, a partir de certos indícios, pode dizer que este é um dos maiores – senão o maior – gasto das campanhas.

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6830
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

ANEXO 10
COMPLEMENTAÇÃO

LULA E DILMA TINHAM CONHECIMENTO DO CAIXA 2?

Ao longo da convivência de trabalho ficou claro que sim. O que inicialmente surgia apenas como indício, se comprovaria depois em algumas abordagens diretas, em conversas que JOÃO teve individualmente com eles, sobre o assunto. Para tornar mais claro é preciso separar o tema por etapas.

Vamos aos indícios: todas as vezes que Palocci, na campanha de reeleição de Lula – e na primeira campanha de Dilma – tinha que fechar um acerto financeiro com MONICA, dizia que necessitava de uma “*palavra final do chefe*”, os candidatos sabiam deste detalhe.

Outro indício: quando haviam grandes atrasos, e se esgotava a eficiência dos apelos de MONICA junto a Palocci e a tesoureiros das campanhas, JOÃO dava um “**alerta vermelho**” aos próprios candidatos sobre a necessidade premente de pagamento. Inclusive, alertando sobre o risco de paralisação dos trabalhos.

Eles acompanhavam o fluxo de pagamentos oficiais da campanha, inclusive JOÃO presenciou reuniões, no comitê, onde os candidatos

tinham acesso à prestação de contas, tendo conhecimento que estes pagamentos oficiais estavam em dia. Então, sabiam que os atrasos reclamados por JOÃO referiam-se a Caixa 2.

A primeira abordagem direta com Lula sobre o Caixa 2 se deu, em 2009, no **episódio de ajuda à campanha de Maurício Funes**, em El Salvador, quando ele mandou JOÃO procurar diretamente Emilio Odebrecht (um episódio já reportado por JOÃO no anexo 5).

Com a **presidente Dilma**, JOÃO abordou diretamente o tema em várias oportunidades, durante o seu primeiro mandato, quando já tinham uma relação de mais confiança.

Isso ocorreu, por exemplo, quando ela informou JOÃO no primeiro semestre de 2014 que havia viabilizado um meio de saldar, antecipadamente, todo o pagamento não oficial da sua campanha de reeleição. Algo em torno de R\$ 35 milhões. A operação, segundo Dilma informou a JOÃO, seria articulada por Guido Mantega, por fora, sem registro contábil. Todavia isso não se efetivou.

JOÃO voltou a tratar do assunto com Dilma, em pelo menos duas ocasiões, em agosto e setembro daquele ano, quando JOÃO informou que a promessa não estava sendo cumprida. MONICA tratou também com ela sobre este assunto, no intervalo de uma gravação no Palácio do Alvorada, em setembro.

O **tema Caixa 2 e depósitos no exterior** foram abordados ainda mais diretamente em setembro de 2014, quando a presidenta perguntou se os depósitos no exterior, feitos pela Odebrecht foram de forma segura. Na época, JOÃO a tranquilizou porque não sabia do emaranhado das contas da Odebrecht.

A mesma pergunta Dilma fez a MONICA, em novembro de 2014, quando a chamou às pressas, a Brasília.

O presidente Lula tinha também uma forma bem-humorada de tratar dos pagamentos por fora que estavam em atraso. Para demonstrar que estava preocupado e cuidado de saldar estas dívidas vez por outra pergunta a JOÃO: “e aí, os alemães têm lhe tratado bem?” (os alemães, no caso, era a Odebrecht).

GRAÇA FOSTER

Seguidamente, o presidente Lula, em conversas com JOÃO na sua sala do Instituto Lula, fazia fortes críticas ao trabalho de Graça Foster na presidência da Petrobras. Ele dizia, em síntese, que Graça era incompetente e não estava a altura do cargo. Faltava-lhe traquejo político e administrativo. Criticava fortemente Dilma por ter indicado Graça Foster para o cargo.

Em uma ocasião ele foi mais incisivo, pedindo que JOÃO dissesse à presidenta que ele estava ouvindo muitas queixas de empresários, que prestavam serviços à Petrobras, por causa de atrasos injustificados de pagamentos. Tudo isso, segundo ele, era culpa exclusiva de Graça, pois ele sabia que a Petrobras não tinha problemas de caixa. Pediu para dizer que os empresários estavam ameaçando parar obras importantes de refinaria, portos e plataformas.

Quando JOÃO comentou o fato com a presidenta, ela disse que as queixas de empresários era porque Graça estava colocando “ordem na

casa". Que Graça estava lá, por determinação dela, para acabar com "a esculhambação".

A presidenta comentou que as críticas que Lula fazia a Graça eram tão injustas quanto as que a imprensa começava a fazer contra ela, Dilma, em relação à Petrobras. Neste caso, ela estava se referindo a algumas insinuações que começavam a sair na imprensa, inclusive o caso de Pasadena, de que ela tinha responsabilidade em algumas irregularidades na Petrobras. "Será que eles não enxergam que estamos arrumando a casa? O canalha do Paulo Roberto Costa, por exemplo, foi demitido por mim e estamos remanejando muita coisa por lá", bradou.

Impresso por: 303.509.578-78 Pdf 6830
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

VÍDEOS

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

Impresso por: 303.509.578-08 Pet 6890
Em 11/05/2017 - 14:59:18

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

JOÃO CERQUEIRA DE SANTANA FILHO

**ACORDO DE
COLABORAÇÃO
PREMIADA**

**MÔNICA REGINA CUNHA
MOURA**

Impresso por: 303.509.578-78 Pdf 6895
Em: 11/05/2017 - 14:59:18

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO

MÔNICA REGINA CUNHA MOURA

Impresso por: 303.509.578 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante designado por sua denominação completa ou simplesmente pela sigla MPF, por intermédio dos Procuradores Regionais da República e Procuradores da República ora signatários, designados pelas Portarias PGR/MPF nº 216/2014, 217/2014, 633/2014, 634/2014, 655/2014, 656/2014, 727/2014, 956/2014, 03/2015, 156/2015, 423/2015, 381/2015, 578/2015, 598/2015, 602/2015, 681/2015, 34/2016, 60/2016, 55/2016, 88/2016, 132/2016, 777/2016 e PGR/MPU nº 4/2017, **MÔNICA REGINA CUNHA MOURA**, doravante denominada **COLABORADORA**, sexo feminino, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, telefone nº 071- 3628-1319 e 071 98127-7435 e e-mail monicarmoura@gmail.com, devidamente assistido por seus advogados constituídos, que assinam este instrumento, celebram acordo de colaboração premiada nos seguintes termos:

I – Base Jurídica

Cláusula 1ª. O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei nº 9.807/99, no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo e no art. 37 da Convenção de Mérida.

Cláusula 2ª. O presente acordo atende aos interesses da **COLABORADORA**, nos termos do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, dos artigos 5º e 6º, ambos da Lei nº 12.850/2013, e das cláusulas a seguir alinhavadas. Atende, de igual modo, ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento de investigações de crimes contra a Administração Pública, a Administração da Justiça, a Fé Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Ordem Tributária e de lavagem de dinheiro, tanto no âmbito da investigação denominada "Caso Lava Jato", quanto em outros feitos e procedimentos. O presente acordo auxilia, ainda, na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária, administrativa, inclusive administrativa sancionadora, e disciplinar.

II – Do Objeto

Cláusula 3ª. O presente acordo tem por objeto todos os fatos ilícitos praticados pela **COLABORADORA** até a data da assinatura deste termo, assim como todos os fatos ilícitos que sejam de seu conhecimento, os quais estão explicitados nos anexos que compõem e integram este acordo, bem como outros que possam ser declinados nos depoimentos que serão prestados no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da homologação..

Parágrafo 1º. O objeto do presente acordo, descrito nos anexos, será pormenorizado e complementado pela **COLABORADORA** após a assinatura deste instrumento, por meio de depoimentos e fornecimento e indicação de meios de prova, respeitado o prazo fixado no *caput*.

Parágrafo 2º. Identificado fato ilícito praticado pela **COLABORADORA** que não tenha sido descrito nos anexos que integram este acordo, e outros eventualmente apresentados dentro do prazo estipulado no *caput*, o **MPF** poderá repactuar a presente avença ou rescindi-la, submetendo, em qualquer caso, ao Juízo homologatório.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parágrafo 3º. Independentemente da rescisão do presente acordo, o **MPF** poderá propor desde logo a respectiva ação penal em face da **COLABORADORA** por fato criminoso omitido nos anexos deste acordo, perante o Juízo competente.

III – Da Proposta do Ministério Público Federal

Cláusula 4ª. Considerando os antecedentes e as condições pessoais da **COLABORADORA**, a quantidade, a gravidade e o período dos ilícitos por ela praticados, os benefícios por ela auferidos com tais práticas ilícitas, a repercussão social e econômica dos fatos, a utilidade da colaboração no esclarecimento dos fatos, no ressarcimento dos danos, na expansão das investigações, considerando, por fim, as provas de corroboração fornecidas pela **COLABORADORA** em decorrência desta avença, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo e desde que efetivamente sejam obtidos um ou mais dos resultados previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 4º os resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, o **MPF** proporá, nos feitos já objeto de investigação e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, em substituição aos regimes de que trata o art. 34 e 35 do Código Penal e arts. 87 a 95 e 112 e art. 146-B, III e IV, da Lei de Execuções penais, as seguintes condições, desde logo aceitas:

I. a pena privativa de liberdade, que será cumprida imediatamente após a homologação do presente acordo, de forma progressiva, sendo computado o tempo de prisão cautelar cumprido em função de decisão do Juízo da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, como tempo de reclusão em regime fechado, nos seguintes regimes:

a) 160 (cento e sessenta) dias de reclusão em regime fechado, cumprido em estabelecimento prisional, detraído o período já cumprido em prisão preventiva determinada pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba.

b) 1 ano e 6 meses de reclusão no **regime fechado domiciliar**, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual a **COLABORADORA** deverá observar as seguintes condições:

i) não poderá se ausentar de sua residência, exceto mediante autorização do Juízo ou do Ministério Público, ressalvados casos de emergência da **COLABORADORA** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;

ii) ficará submetido a vigilância eletrônica pessoal em tempo integral, mediante o uso de tornozeleira;

iii) somente poderá receber visitas de parentes até 4º grau, profissionais de saúde (para fins de tratamento médico da **COLABORADORA**, devidamente justificado perante o Juízo de execução), advogados constituídos, e pessoas estabelecidas em uma lista de 15 (quinze) nomes previamente fornecida ao Ministério Público e ao Juízo de execução;

iv) não poderá promover, em sua residência, festas ou quaisquer outros eventos sociais.

c) 1 ano e 6 meses de reclusão no **regime semiaberto** diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual a **COLABORADORA** deverá observar as seguintes condições:

i) deverá se recolher à residência nos sábados, domingos e feriados e, nos dias úteis, das 22 horas às 06 horas, ressalvados casos de emergência da **COLABORADORA** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juízo de execução e ao **MPF**, com saída autorizadas nos finais de semana exclusivamente para prestar serviços à comunidade conforme disposto na alínea "v" abaixo;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- ii) poderá, em cada período de 12 (doze) meses no presente regime, recolher-se por até 3 (três) dias em local diverso do previsto no *caput*, desde que comunique previamente ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana;
- iii) ficará submetido à vigilância eletrônica pessoal em tempo integral, mediante o uso de tornozeleira;
- iv) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;
- v) deverá prestar serviços à comunidade, à razão de 22 (vinte e duas) horas mensais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal da **COLABORADORA**, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;
- vi) não poderá realizar viagens, exceto dentro do território nacional por motivo de trabalho, com a comunicação prévia, ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que respeitado o período regular de recolhimento domiciliar;

d) **1 ano** de reclusão no **regime aberto** diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência situada no Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, período no qual a **COLABORADORA** deverá observar as seguintes condições:

- i) deverá se recolher à residência nos sábados, domingos e feriados, cabendo ao Juízo de execução a definição da forma de fiscalização do cumprimento da pena privativa de liberdade, ressalvados casos de emergência da **COLABORADORA** e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;
- ii) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;
- iii) deverá prestar serviços à comunidade, à razão de 22 (vinte e duas) horas mensais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal da **COLABORADORA**, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;
- iv) poderá realizar viagens, dentro do território nacional, por motivo de trabalho, devidamente justificada ao juízo e respeitado o período regular de recolhimento domiciliar;
- v) poderá realizar viagens internacionais por motivo de trabalho e familiar, devidamente comprovada, por duração máxima de 07 (sete) dias, com a comunicação prévia ao Juízo de execução, ou por outro motivo relevante previamente autorizado pelo Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que, em todas as hipóteses, seja respeitado o período e o local regulares de recolhimento domiciliar no Brasil e que as viagens não sejam para fins recreativos ou de lazer.

e) após o cumprimento da pena na forma dos itens antecedentes (itens "b", "c" e "d"), durante o restante da pena definida na Cláusula 4ª, I, a **COLABORADORA** deverá, semestralmente, informar o seu endereço domiciliar, endereços eletrônicos e telefones, assim como de seus advogados, e fornecer relatório sobre suas atividades ao Juízo de execução e ao **MPF**, assim como deverá observar as demais obrigações não privativas de liberdade constantes neste acordo, excluídas as obrigações constantes nesta cláusula 4ª.

III. O pagamento de **multa**, cuja destinação será definida pelo Juízo de homologação, no valor de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**.

a) A **COLABORADORA** deverá depositar o valor da multa em conta judicial vinculada ao Juízo de homologação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de homologação do presente acordo.

b) O atraso no pagamento da multa importará na incidência de multa de mora de 20%, na correção do débito pela taxa SELIC, e na execução das garantias oferecidas pela **COLABORADORA**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

c) os bens bloqueados pela 13ª Vara Federal Criminal poderão servir para o pagamento da multa estipulada nesse artigo.

IV. o perdimento, na forma do art. 7º da Lei nº 9.613/98, ainda que tenham sido convertidos, total ou parcialmente, em outros bens móveis ou imóveis, de todos os valores recebidos pela **COLABORADORA** em quaisquer das seguintes situações, conforme descrito nos APENSOS deste Acordo:

a) do saldo integral existente na conta bancária e em eventuais contas de investimentos mantidos no Banco Heritage, na Suíça, vinculados à offshore SHELLBILL FINANCE;
 b) por intermédio de operações financeiras ilícitas, assim reconhecidas por autoridade judiciária;
 c) bens móveis e imóveis adquiridos integral ou parcialmente com os recursos referidos nos itens "a" e "b", devendo o perdimento, que se restringirá ao proveito ilícito, ser liquidado por meio da transferência do bem adquirido ou mediante o depósito judicial do valor atualizado do equivalente, a critério da **COLABORADORA**.

V. a proibição de manter qualquer contato com agentes públicos e políticos pelo período em que estiver cumprindo as penas acima fixadas em regime fechado e semiaberto;

VI. a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período em que estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VII. a proibição de trabalhar, de qualquer forma, direta ou indiretamente, em qualquer atividade relacionada ao marketing para campanhas eleitorais, seja no Brasil ou no exterior, durante o cumprimento das penas fixadas no presente acordo no regime fechado e semiaberto;

Parágrafo 1º. O MPF pleiteará em favor da **COLABORADORA** os benefícios ora acordados, bem como zelará pela observância dos direitos previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013.

Parágrafo 2º. O Ministério Público postulará ao Juízo competente que a multa a que se refere o art. 58 do Código Penal seja estipulada, em relação à **COLABORADORA**, no valor mínimo legal.

Parágrafo 3º. A **COLABORADORA** apresenta, nos APENSOS deste Acordo, declaração de todo seu patrimônio, em nome próprio ou de terceiros (pessoas físicas, jurídicas, offshores, trustes, etc.).

Parágrafo 4º. A **COLABORADORA** se compromete a entregar ao Ministério Público todos os documentos e dispositivos eletrônicos que tenha em seu poder e que possam, de alguma forma, a critério do Ministério Público, apresentar utilidade para a investigação.

Parágrafo 5º. A **COLABORADORA** renuncia aos valores e bens, móveis e imóveis, citados no inciso "IV", os quais encontram-se especificados nos APENSOS deste Acordo, mediante a assinatura em favor do MPF "termo de renúncia", podendo a **COLABORADORA** optar pela entrega dos bens móveis e imóveis ou pelo depósito judicial do valor atualizado do bem.

Parágrafo 6º. As declarações e os cálculos apresentados pela **COLABORADORA**, no tocante aos seus rendimentos, patrimônio e bens objeto de perdimento, para os fins dos incisos "III" e "IV" desta cláusula, poderão ser submetidos pelo MPF à análise a fim de confirmar a observância dos critérios ora pactuados.

Parágrafo 7º. Os rendimentos e o patrimônio não declarados pela **COLABORADORA** nos APENSOS deste Acordo serão objeto de perdimento, sobre eles incidindo multa adicional de 200% (duzentos por cento).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Parágrafo 8º. Para a quitação da multa cível estabelecida no inciso "III" não se admitirá a compensação com os valores objeto de perdimento nos termos deste acordo.

Cláusula 5ª. Atingido ou superado a pena de **15 (quinze) anos**, o **MPF** proporá a suspensão de ações penais em desfavor da **COLABORADORA**, bem como, na forma do art. 4º, §3º, da Lei nº. 12.850/13 a suspensão dos respectivos prazos prescricionais pelo lapso temporal de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos sem a prática de fato imputável à **COLABORADORA** que justifique a rescisão deste acordo, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os procedimentos suspensos até a extinção da punibilidade.

Cláusula 6ª. Ocorrendo rescisão do acordo por fato imputável à **COLABORADORA**, voltarão a fluir todas as ações penais, suspensas em razão do presente acordo, e as penas fixadas ao **COLABORADORA** serão cumpridas nos termos da sentença, de acordo com o art. 33 do Código Penal.

Cláusula 7ª. Caso a **COLABORADORA** desista do acordo antes de sua homologação judicial ou em caso de não homologação judicial, as provas por ela produzidas não poderão ser utilizadas em seu desfavor.

Cláusula 8ª. Após a assinatura do presente acordo, serão colhidos os depoimentos da **COLABORADORA** sobre o conteúdo dos anexos referidos na cláusula 3ª, por meio dos quais o **MPF** verificará a utilidade e fidedignidade dos relatos, e, presentes tais requisitos, o **MPF** submeterá o acordo à homologação judicial.

Parágrafo único. O **MPF** poderá não levar à homologação o acordo cujos depoimentos da **COLABORADORA** não correspondam aos anexos referidos na cláusula 3ª e, neste caso, os relatos e as provas constantes dos respectivos anexos não poderão ser utilizados.

Cláusula 9ª. O **MPF** postulará o reconhecimento apenas do efeito declaratório dos atos de improbidade administrativa objeto de Ações de Improbidade já propostas ou que venham a ser propostas em relação à **COLABORADORA**, em todas as ações de improbidade de atribuição de signatários ou aderentes deste acordo, submetendo a presente cláusula à homologação perante a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Cláusula 10. Caso a **COLABORADORA**, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família o **MPF**, a Polícia Federal e o Juízo competente adotarão as providências necessárias para sua inclusão no programa de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8º e 15 da Lei nº 9.807/99.

Cláusula 11. As partes somente poderão recorrer da decisão judicial no que toca à fixação da pena, do regime de cumprimento e da multa, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros do presente acordo.

IV – Condições da Proposta

Cláusula 12. Para que do presente acordo proposto pelo **MPF** derivem os benefícios à **COLABORADORA** nele elencados, especialmente os constantes na cláusula 4ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente:

a) à identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, bem como à identificação e comprovação das infrações por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes públicos e políticos que tenham praticado ou participado de ilícitos;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- b) à revelação da estrutura hierárquica e à divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;
- c) à recuperação total ou parcial do produto e proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior;
- d) à identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos;
- e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo;
- f) entrega de extratos bancários de contas, objeto das investigações, no exterior até a presente data, salvo impossibilidade material de acesso a essas informações devidamente comprovada pela **COLABORADORA**;
- g) em razão da celebração do acordo de colaboração, e, especialmente durante o período de cumprimento de pena previsto na cláusula 5ª a **COLABORADORA** obriga-se a, no que lhe for aplicável, colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3, da Lei nº 12.850/2013.

Cláusula 13. Para tanto, a **COLABORADORA** se obriga, sem má-fé ou reservas mentais, a:

- a) esclarecer espontaneamente todos crimes que praticou, participou ou tenha conhecimento, os quais são apontados pela **COLABORADORA** no âmbito desse acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;
- b) falar a verdade incondicionalmente, em todos os procedimentos investigatórios e processos criminais, cíveis, administrativos, disciplinares e tributários;
- c) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal sob suas expensas a qualquer das sedes do MPF e da POLÍCIA FEDERAL, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial que sejam objeto da presente colaboração;
- d) entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, gravações de sinais de áudio e vídeo, banco de dados, arquivos eletrônicos, senhas de acesso, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros, e que possam contribuir, a juízo do **MPF**, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;
- e) indicar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do **MPF**, relevantes ou úteis;
- f) não impugnar, por qualquer meio, o presente acordo de colaboração, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial e resultante de descumprimento do acordo ou da lei pelo **MPF** ou pelo Poder Judiciário;
- g) afastar-se completamente de toda e qualquer atividade criminosa;
- h) comunicar imediatamente o **MPF** caso seja contactado por qualquer coautor ou participe dos esquemas criminosos de que fez parte ou tem conhecimento, exceto por relações que decorram das atividades profissionais e pessoais desde que lícitas, vedado nestas hipóteses tratativas sobre quaisquer fatos objeto deste acordo;
- i) guardar decoro pessoal durante o cumprimento das penas privativas de liberdade, bem como comportamento condizente com as normas morais e sociais e a natureza penal das restrições que lhe foram impostas;
- j) informar, quando requerido, senhas, logins, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico e dispositivos eletrônicos utilizados pela **COLABORADORA**, nos fatos objeto do presente acordo, inclusive fornecendo autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas e dispositivos;
- k) identificar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do presente acordo e entregar os respectivos extratos de contas controladas pela **COLABORADORA**, no Brasil ou no exterior, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, ainda que para tanto necessite de colaboração de terceiros, às suas expensas;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

l) indicar em anexo próprio e manter atualizado números de telefone e endereços eletrônicos próprio e de seu advogado constituído, nos quais a **COLABORADORA** poderá ser notificado para atender no prazo estabelecido pelo **MPF** a qualquer finalidade visando ao pleno cumprimento do acordo;

m) fornecer ao **MPF**, quando requerido, informações e documentação acerca de todas as contas bancárias e telefônicas, bem como, no último caso, autorizações necessárias para que o **MPF** as obtenha diretamente;

n) colaborar amplamente com o **MPF** e com outros Órgãos e autoridades públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil e autoridades estrangeiras indicadas pelo **MPF** no que diga respeito aos fatos do presente acordo.

Cláusula 14. A **COLABORADORA** fornecerá ao **MPF** e a outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF**, quando requerido, todos os dados de sua movimentação financeira no Brasil e no exterior, o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, mesmo que as contas não estejam em seu nome e sim no de pessoas físicas ou jurídicas interpostas ou de estruturas patrimoniais personalizadas, tais como empresas *offshore*, *trusts*, fundações pessoais, procuradores, comissários ou agentes, ainda que informalmente constituídos, ou ainda familiares.

Parágrafo 1º. Se, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento, não forem fornecidos ao solicitante as informações e documentos tratados no *caput*, a **COLABORADORA** autorizará o **MPF** ou outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF** a acessarem e obterem diretamente tais informações e documentos.

Parágrafo 2º. A **COLABORADORA** assinará termo específico para os fins do *caput*, bem como desde logo renuncia, para a mesma finalidade, ao sigilo deste acordo, limitada a exibição às instituições financeiras relevantes, desde que também se comprometam a respeitar o sigilo no que diz respeito a terceiros.

Cláusula 15. A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração não tem caráter exaustivo, tendo a **COLABORADORA** o dever geral de cooperar com o **MPF** e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste acordo.

Cláusula 16. Os depoimentos colhidos serão registrados em duas vias, das quais não terá cópia a **COLABORADORA** ou a sua defesa técnica, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário.

V – Compartilhamento de Provas.

Cláusula 17. A prova obtida mediante a presente avença de colaboração premiada será utilizada validamente, após a homologação deste, para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também ao Ministério Público dos Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil e a outros órgãos nacionais, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativas (inclusive disciplinares), de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do **MPF**.

Parágrafo único. Os anexos, depoimentos e provas apresentados pela **COLABORADORA**, no âmbito do presente acordo, somente poderão ser usados, quanto aos atos de improbidade administrativa, para instruir Ações de Improbidade Administrativa já propostas ou que venham a ser propostas em relação à **COLABORADORA**, se observado o procedimento estipulado na cláusula 9ª.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Cláusula 18. O MPF somente compartilhará os dados, depoimentos, informações e provas com autoridade estrangeira para uso em face da **COLABORADORA**, ou prestará cooperação jurídica internacional para tal finalidade, se a autoridade estrangeira se comprometer a respeitar os termos do presente acordo de colaboração.

Parágrafo 1º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente acordo poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para uso em face da **COLABORADORA** caso as penas privativas de liberdade e as penas restritivas de direito impostas no Brasil sejam computadas na eventual pena imposta pelo Estado Requerente com base nos mesmos fatos.

Parágrafo 2º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente acordo poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para utilização em face de terceiros, desde que observados os termos deste acordo.

VI – Renúncia à Garantia contra a Autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.

Cláusula 19. Ao assinar o acordo de colaboração, a **COLABORADORA**, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, aos quais, nos termos do art. 4º, §14º, da Lei nº 12.850/2013, a **COLABORADORA** renuncia, em especial no que tange aos depoimentos prestados no bojo da presente colaboração, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade e não omitir fatos sobre o que lhe for perguntado.

VII – Imprescindibilidade de defesa técnica.

Cláusula 20. Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pela **COLABORADORA**, assistida por seus defensores.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4º, §15º, da Lei nº 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, a **COLABORADORA** deverá estar assistida por ao menos um de seus defensores.

VIII – Cláusula de Sigilo.

Cláusula 21. Nos termos do art. 7º, §3º, da Lei nº 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo, seus anexos, depoimentos e provas obtidas, o qual será levantado por ocasião do recebimento da(s) denúncia(s), ou da execução de medida(s) cautelare(s) restritiva(s) de direito de terceiro(s) e exclusivamente em relação aos fatos nela(s) contemplados, ou por decisão motivada do MPF.

Parágrafo 1º. O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do MPF e do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 2º. O MPF poderá fazer uso perante o Juízo homologatório dos depoimentos e documentos fornecidos pela **COLABORADORA** logo após a submissão do presente acordo à homologação judicial, garantida a sua não utilização em face da **COLABORADORA** antes de sua homologação judicial.

Parágrafo 3º. Após o recebimento da denúncia ou execução de medida(s) cautelare(s) restritiva(s) de direito de terceiro(s), eventuais acusados/investigados incriminados ou pessoas cujo direito tenha sido restringido em virtude de medidas cautelares, desde que em virtude da cooperação da **COLABORADORA**, poderão ter vista deste documento, bem como dos respectivos anexos e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

depoimentos que tenham embasado a investigação que ensejou a denúncia ou medida cautelar, mediante autorização judicial.

Parágrafo 4º. Os anexos, depoimentos e provas não relacionados à denúncia ou à medida cautelar, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação da efetividade das investigações, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 5º. O presente sigilo estende-se aos eventuais arquivos de áudio e vídeo dos depoimentos prestados no bojo do presente acordo, inclusive na fase judicial.

Cláusula 22. As partes signatárias se comprometem a preservar o sigilo do presente acordo e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, PODER JUDICIÁRIO e POLÍCIA FEDERAL, enquanto o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

Cláusula 23. Dentre os defensores da **COLABORADORA** somente terão acesso ao presente acordo e às informações dele decorrentes os advogados signatários deste termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

IX – Homologação Judicial

Cláusula 24. Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será levado à homologação do Juízo competente para a apreciação dos fatos relatados em função do acordo, acompanhado das declarações da **COLABORADORA**, nos termos do art. 4º, §7º, da Lei nº 12.850/2013.

X – Rescisão

Cláusula 25. O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) se a **COLABORADORA** descumprir, sem justificativa, qualquer dos dispositivos deste acordo;
- b) se a **COLABORADORA** mentir ou omitir, total ou parcialmente, em relação a fatos ilícitos que praticou, participou ou tem conhecimento;
- c) se a **COLABORADORA** recusar-se a prestar qualquer informação relacionada ao objeto deste acordo de que tenha conhecimento;
- d) se a **COLABORADORA** recusar-se a entregar documento, prova ou senha que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, a **COLABORADORA** indicar ao **MPF** a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido para a adoção das providências cabíveis;
- e) se ficar provado que, após a celebração do acordo, a **COLABORADORA** sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade, assim como fatos ilícitos de que tivesse conhecimento;
- f) se a **COLABORADORA** vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial desse acordo;
- g) se a **COLABORADORA** fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça;
- h) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte da **COLABORADORA**;
- i) se a **COLABORADORA**, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo;
- j) se a **COLABORADORA**, podendo, não quitar nos prazos estabelecidos nesse acordo as multas nele previstas;

Cláusula 26. Rescindido o acordo por responsabilidade exclusiva da **COLABORADORA**, todos os benefícios pactuados em seu favor no presente acordo, deixarão de ter efeito, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

houver apresentado, bem como mantidos quaisquer valores pagos a título de multa nos termos desse acordo.

Cláusula 27. Rescindido o acordo por responsabilidade exclusiva do **MPF**, a **COLABORADORA** poderá, a seu critério, cessar a colaboração, assegurada a manutenção dos benefícios já concedidos e provas já produzidas.

Cláusula 28. A **COLABORADORA** fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizada pelo crime previsto no art. 19 da Lei nº 12.850/2013, cuja pena é de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

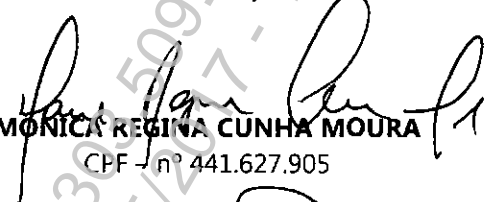
XI – Declaração de aceitação.

Cláusula 30. Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei nº 12.850/2013, a **COLABORADORA**, assistida por seus defensores, declara a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada.


E assim, lido e achado conforme o presente acordo, vai assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam todos os correspondentes efeitos jurídicos.

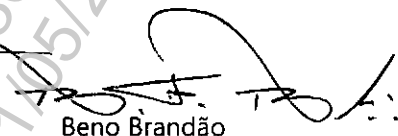
Brasília, 06 de março de 2017.


COLABORADORA:


MÔNICA REGINA CUNHA MOURA
CPF - nº 441.627.905

Advogados:


Juliano Campelo Prestes
OAB/PR nº 32.494


Beno Brandão
OAB/PR nº 20.920


Alessi Brandão
OAB/PR nº 44.029

Ministério Público Federal:

Anna Carolina Resende Maia
Procuradora da República

Antonio Carlos Welter
Procurador Regional da República

Athayde Ribeiro Costa
Procurador da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Daniel de Resende Salgado
Procurador da República

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador da República


Sérgio Bruno Cabral Fernandes
Promotor de Justiça

Diogo Castor de Mattos
Procurador da República

Eduardo Botão Pelella
Procurador Regional da República

Isabel Cristina Groba Vieira
Procuradora Regional da República

Januário Paludo
Procurador Regional da República

Jerusa Burmann Viçcili
Procuradora da República

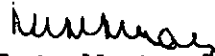
Julio Carlos Motta Noronha
Procurador da República

Laura Gonçalves Tessler
Procuradora da República

Ronaldo Pinheiro de Queiroz
Procurador da República

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Maria Clara Barros Noieto
Procuradora da República


Melina Castro Montoya Flores
Procuradora da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

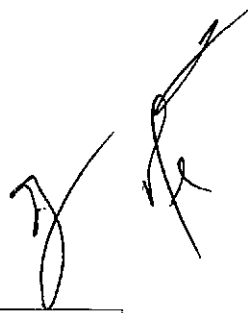
Pedro Jorge do N. Costa
Procurador da República

Paulo Galvão
Procurador da República

Wilton Queiroz de Lima
Promotor de Justiça

Roberson Henrique Pozzobon
Procurador da República

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18



**TERMOS DE
COLABORAÇÃO
NºS 00 A 19**

MÔNICA REGINA CUNHA MOURA

Impresso por: 30350657888 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 00 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao histórico profissional, responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

Melina
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

Laura
LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Juliano Campele Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mê, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 01(CAMPANHA DELCÍDIO 2002), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

Melina
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

Laura
LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Juliano Campeolo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 02(CAMPANHA GILBERTO MAGGIONI - 2004), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora

Juliano Campeolo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
(OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 03(CAMPANHA LULA 2006), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Juliano Campeolo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 05(CAMPANHA GLEISE HOFFMAN 2008), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Juliano Campeolo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 06 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 05(CAMPANHA MARTA SUPPLY 2008), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 06(CAMPANHA DILMA 2010), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTÓYA FLORES
 Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Juliano Campeolo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 07(CAMPANHA FERNANDO HADDAD 2012), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora

Juliano Campelo Prestes
JULIANO CAMPELO PRESTES
(OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 08(CAMPANHA PATRUS ANANIAS 2012), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

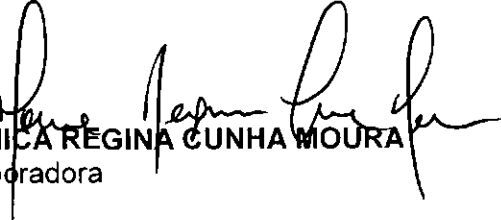
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mê, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 09(CAMPANHA DILMA 2014), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

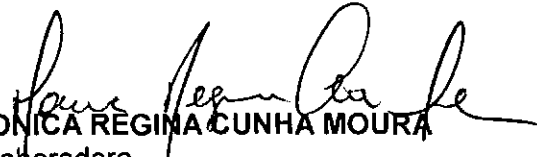
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 10(CAMPANHA VENEZUELA 2012), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado".** Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


BENO BRANDÃO
 (OAB/PR 20920)



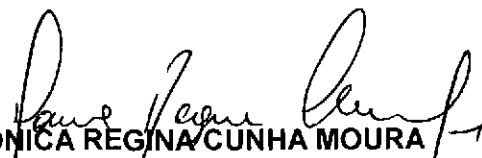
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

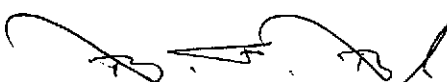
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11 que presta
 MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 11(CAMPANHA ANGOLA 2012), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado".** Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


BENO BRANDÃO
 (OAB/PR 20920)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 12 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 12(CAMPANHA PANAMÁ 2014), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado".** Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.

Melina
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República

Monica Regina Cunha Moura
MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora

Beno Brandão
BENO BRANDÃO
 (OAB/PR 20920)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

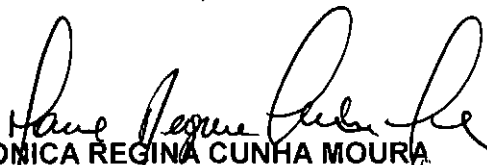
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 13(PROJETO ITALIANO), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
 Colaboradora


JULIANO CAMPELO PRESTES
 (OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 14 que presta
MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 14(EMBARAÇO À INVESTIGAÇÃO), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


JULIANO CAMPELO PRESTES
(OAB/PR 32494)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 15 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 15 (FAVORECIMENTOS PESSOAIS DILMA), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


BENO BRANDÃO
(OAB/PR 20920)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 16 que presta


MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: *QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 16 (ILINDBERGH INSERÇÕES 2013), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.*


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


ALESSI BRANDÃO
(OAB/PR 44029)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

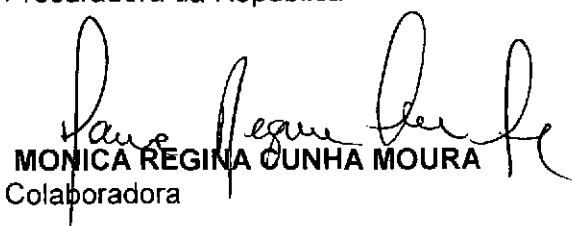
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 17 que presta

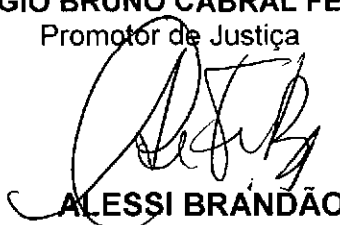
MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: *QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 17(CAMPANHA EL SALVADOR 2009), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.*


MELINA CASTRO MONTÓYA FLORES
Procuradora da República


SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


ALESSI BRANDÃO
(OAB/PR 44029)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 18 que presta


MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin Silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU: QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 18(OUTRAS CAMPANHAS), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.**


MELINA CASTRO MONTÓYA FLORES
Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


ALESSI BRANDÃO
(OAB/PR 44029)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 19 que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Ao(s) 07 dias do mês de março de 2017, na sede da Força-Tarefa Lava Jato no Estado do Paraná, presentes as Procuradoras da República Melina Castro Montoya Flores e Laura Gonçalves Tessler, compareceu o(a) senhor(a) MONICA REGINA CUNHA MOURA, brasileira, divorciada, filha de Benjamin silva Moura e Fidelice Cunha Moura, nascida em 09/08/1961, natural de Feira de Santana/BA, ensino superior completo, publicitária, inscrita no RG SSP/BA sob o nº 01199250-60 e CPF nº 441.627.905-15, Condomínio Parque Interlagos, Rua do Mé, Quadra F, Lote 5, Casa 105, Camaçari, Bahia, CEP 42835-000, a fim de prestar depoimento em razão da celebração de Acordo de Colaboração com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No início do presente ato, todos os presentes foram cientificados da proibição do uso de quaisquer instrumentos de gravação ou registro de áudio ou vídeo próprios e declararam não estar fazendo uso oculto ou dissimulado de qualquer equipamento, sob as penas legais. Inquirido sobre os fatos em apuração, na presença de seu advogado, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei nº 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, **RESPONDEU**: *QUE o advogado ora presente é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o art. 7º da Lei nº 12.850/2013; QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE, junto de seu defensor, autoriza expressamente e está ciente do registro audiovisual do presente ato de colaboração, nos termos do §13º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE está ciente de que os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; QUE está ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013; QUE, no tocante ao ANEXO 19(COMPLEMENTAÇÃO), responderá às questões formuladas pelos membros do Parquet, conforme registro audiovisual ora realizado". Respondidas as questões formuladas, e nada mais havendo a ser consignado, foram encerrados a gravação audiovisual e o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, em duas vias.*


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça


MONICA REGINA CUNHA MOURA
Colaboradora


ALESSI BRANDÃO
(OAB/PR 44029)

● ●

PRINCIPAIS PONTOS- TC N°S 01 A 19

● ●

MÔNICA REGINA CUNHA MOURA

Impresso por: 303.509.578 Pet 6890
Em: 11/05/2017 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº01

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1	Convite de Delcídio a João Santana para fazer a sua campanha a senador
30 seg	
2	Conversa entre Mônica e Delcídio sobre o pagamento dos custos da campanha, incluindo o pagamento por fora (extraoficial)
2min	
3	Pagamento por fora em dinheiro espécie entre pelo Delcídio e sua esposa
4:30	
4	Pagamento por fora no exterior no valor de R\$ 1 milhão de dólares na conta Shelbill
5min	
5	O próprio Delcídio fez a transferência para a Shelbill no valor acima mencionado
5:40	
6	Relato sobre a campanha para segundo turno de Zeca do PT também com pagamentos por fora coordenado por Delcídio
10 min	
7	Transferência para Shelbill feita pelo próprio Delcídio em offshore
11:50	
8	Local de entrega do dinheiro por Delcídio
15 min	

Local, 06/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

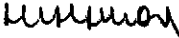
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº02

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
20 seg	Convite de Palloci para fazer a campanha de reeleição do seu Vice Gilberto Maggioni
1 min	Negociação com Palloci sobre pagamento por fora na campanha
1:30	Pagamento por fora: em mãos de Juscelino Dourado e através de empresário proprietário na Cutrale
2:30 min	Pagamento dos valores por fora a Mônica Moura pelo filho do empresário no escritório Cutrale
4 min	Juscelino entregava os valores na própria produtora em Ribeirão Preto

Local, 06/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº03

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
30 seg	Convite de Gilberto Carvalho em 2005 para trabalhar no marketing relativo à imagem do Presidente Lula, desgastada em virtude do mensalão
2 min	Convite de palloci a João Santana para fazer a campanha de Lula em 2006
2:40 seg	Reunião de Mônica e Palloci sobre valores da campanha
3:20	Palloci informa que parte do valor da campanha fosse paga por fora
4 min	Pagamento por fora em torna de R\$ 10.000.000,00
4:50	Palloci informa que, para preservar os Colaboradores, eles iriam receber por fora apenas através dele(via Juscelino) e pela empresa baiana Odebrecht
6:30	5 milhões de reais foi pago pela ODE na Shelbill
7 min	Viagens a São Paulo para receber os valores de Juscelino na loja de chá no shopping Iguatemi em São paulo
8:30	João Santana falava com Lula sobre os atrasos nos pagamentos e ele dizia que iria resolver
15 min	Negociação dos valores também para o segundo turno. ODE também pagou um percentual por fora
23 min	Conhecimento de que os valores eram oriundos de negociatas(corrupção), apesar de não saber precisar quais contratos se referiam
26 min	Referências aos apelidos registrados nas anotações nas agendas de Mônica
28 min	Registro das provas de corroboração sobre esse anexo

Local, 06/03/2017.

MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº04

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
30 seg	Palocci solicita que João Santana faça a campanha de Gleise Hoffman
1 min	Paulo Bernardo insiste para que João Santana faça a campanha se sua esposa. Reunião na residência dos Santana
2 min	Paulo Bernardo negociou os valores da campanha pessoalmente com Mônica Moura
2:30 seg	Paulo Bernardo informa que a maior parte do valor da campanha seria pago por fora em dinheiro (cerca de 4 milhões)
3:30	Mônica cobrava Gleise os valores atrasados demonstrando que ela sabia dos acertos financeiros
4 min	Secretária da Gleise que trabalhava no comitê entrega os valores em dinheiro
4:40	Entrega de dinheiro da campanha no escritório de Guilherme Gonçalves
05:50	Paulo Bernardo informou a Mônica que uma parcela atrasada (cerca de um milhão) seria pago por malucelli
7 min	Paulo Bernardo informa Mônica para procurar Palocci para resolver a dívida da campanha de Gleise
12 min	Dívida paga pela Odebrecht junto com dívida da campanha de Marta Suplicy
15:30	Registro das provas sobre ao anexo

Local, 06/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº05


que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
15 seg	Pallocci convida João Santana para fazer a campanha de Marta e Suplicy
2 min	Definição do valor a ser pago por fora em reunião junto com pallocci e Edson, tesoureiro da campanha de Marta
5 min	Conheceu Hilberto da ODE que sucedeu Pedro Novis nas negociações com Mônica sobre a parte financeira
16 min	Participação do então esposo de Marta, Luis Favre, na campanha
16:30	Solicitação da Marta para empregar Luis Favre ficticiamente na campanha
19:30	Registro das provas de corroboração do anexo
20 min	Entrada do Branislav nas negociações financeiras ao lado do Juscelino
22 min	O PT nacional, sob a coordenação do pallocci, assume a dívida das campanhas regionais da Marta e da Gleise

Local, 06/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República
L



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº06

que presta

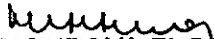
MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
7 min	Pagamento da parcela por fora por Hilberto da ODE no valor estimado de 5 milhões
9 min	Atuação de Fernando Migliaccio na entrega dos valores
10 min	Indicação dos flats/hotéis em que ocorriam a entrega dos valores
18 min	Participação de William Schain(indicado por Vaccari) para auxílio no pagamento aos fornecedores com o dinheiro entregue por fora pela Odebrecht
21 e 30 seg	Transferência dos valores para a conta da SHELBILL
22 e 30 seg	Contrato da Kleinfeld para amparar a transferência dos valores como exigência da Odebrecht
25 min	Informação sobre aprovação pelo Lula do orçamento
27 min	Pagamento por fora pela PT por intermédio de Juscelino
27 e 30 seg	Pagamento por fora pelo PT por intermédio do Vaccari
30 min	Conversa de João Santana com Lula sobre atrasos no pagamento por fora
31 min	Atuação de Paulo Okamoto para pagar valores por fora
32 min	Conversa com Vaccari para resolver a dívida de 2010 através do Zwi
33 min	Entrega do modelo do contrato da Kleinfeld ao Zwi para amparar o recebimento dos valores

(Handwritten mark)

35 min	Transferências dos valores para a shelbill através da offshore Deep sea da Zwi
36 min	Emails trocados com Zwi sobre os pagamentos
41 min	Provas de corroboração sobre o anexo

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República

Impresso por: 303.509.578-7818
Em: 11/05/2017 - 14:59:18
6890



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº07

que presta


MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1min	Negociação dos valores da campanha por dentro e por fora no primeiro e segundo turnos ds campanha para prefeito de Fernando Haddad
2 min	Participação do Vaccari ,Palloci e Chico Massena na parte financeira da campanha
3 min	Pagamento por fora pela Odebrecht da campanha
5 min	Atrasos nos pagamentos por fora na cota do PT
6 min	Vaccari informa que o Presidente Lula iria resolver os problemas dos pagamentos da campanha
7 min	Vaccari informa para procurar Eike para quitar os atrasos
8 min	Vaccari entrega o cartão de Flávio Godinho da OGX para Mônica procurá-lo a respeito da dívida
9 min	Contrato da Golden Rock feita pela empresa internacional de Mônica para transferência de valores para conta oficial da empresa domicana
10 min	E-mails entre Flávio Godinho e Mônica Santana sobre a dificuldade dos pagamentos
11 min	Definição para pagamento na shelbill pela empresa do Eike
12 min	Ligação do advogado rafael matos de eike Batista sobre apuração que ele estava sofrendo,de modo que deveriam "esquentar" a transferência dos valores
13 min	Projeto fictício "X" para acobertar a dívida de 2012.
14 min	Provas de corroboração sobre o anexo

A

15 min	Conhecimento do Fernando Haddad sobre o pagamento por fora
17 min	Conversa de João Santana com Lula sobre os atrasos nos pagamentos por fora

Local, 07/03/2017.



MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República



LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República

Impresso por: 303.509.578-78 Pdf 990
Em: 11/05/2017 - 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº08

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
20 seg	Dilma pede a João Santana para fazer a campanha de Patrus ananias e pede a Mônica para procurar o então Ministro Fernando Pimentel
1 min	Reunião com Pimentel, Patrus, João, Mônica e Patrus Ananias
2 min	Pimentel conversa com Mônica sobre orçamento , inclusive da parte por fora
4 min	Assunção dos compromissos do pagamento por fora por Pimentel
8 min	Entrega de mala de R\$ 800.000,00 por Pimentel em produtora em são Paulo onde o casal Santana estava trabalhando na campanha de Haddad
8:30	Pimentel se compromete a levar o dinheiro para Belo Horizonte no jatinho particular que ele estava se locomovendo
14 min	Dilma falou com João Santana para procurar Palocci pagar saldar o valor da campanha de Patrus
15 min	Valores pagos pela odebrecht na Shelbill sobre o saldo da campanha de Patrus no valor estimado de R\$ 2.000.000,00
19 min	Provas de corroboração do anexo

Local, 07/03/2017.

MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
 Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
 Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº09

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Dilma informa que Guido Mantega iria acertar a parte financeira da campanha dela à reeleição
2 min	Encontro com Giles Azevedo que passou o contato e telefone do Mantega para ser contactado
3 min	Ida na residência oficial do Ministro Guido Mantega para tratar do pagamento por fora da campanha à reeleição de Dilma
4:30 seg	Presença do Edinho Silva nos acertos da campanha junto com Mantega
6 min	Guido Mantega informa que já havia acertado com a Odebrecht o pagamento por fora
7 min	Conversa com Hilberto sobre o formato de pagamento da campanha de Dilma
7 :30	Recebimento de 10 milhões em espécie operacionalizado pela equipe de Hilberto
8 min	Participação de Willian Schain para recebimento e pagamento de fornecedores
9 min	Lava jato já em andamento e ODE dá calote no aguardo de "a poeira abaixar"
10 min	Provas de corroboração do anexo
13 min	Encontros com Hilberto e Migliaccio para cobrar os atrasos em café no shopping iguatemi em são paulo
20 min	Encontros no Alvorada para cobrança dos valores em atraso pela Mônica e para gravação de pronunciamentos oficiais com o auxílio de João Santana

Local, 07/03/2017.

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

Laura Gonçalves Tessler
LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº10

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
20 segs	Em 2011, Lula convida João Santana para fazer a Campanha de Hugo Chavez de 2012 para presidente
2 min	Reunião do João Santana com Nicolás Maduro, Franklin Martins, embaixador da Venezuela Maximiliano na Venezuela
5 min	Secretária do Dirceu, Maria Coerin, providenciou as passagens para o casal Santana e Franklin Martins para definir os custos da campanha
7 min	Uso do jatinho da Andrade Gutierrez para deslocamento do casal
9 min	Definição do valor de US\$ 35.000.000,00 da campanha
12 min	Definição da forma de pagamento mediante pagamento da Odebrecht e da Andrade Gutierrez
13 min	Entrega de dinheiro em espécie pelo Maduro a Mônica
17 min	Encontro com diretor da ODE na Venezuela Euzenando para tratar sobre os pagamentos na shellbill
19 min	Encontro com Cláudio Luís da Andrade Gutierrez para definição dos pagamentos também na shelbill
23 min	João Santana aciona Lula para pagar os valores atrasos
27 min	Repasse de valores para Franklin martins(esposa dele) pelos serviços de marketing feito para ugo Chavez
32 min	Provas e corroboração do anexo

Local, 07/03/2017.

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº11

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
15 segs	Lula convida João Santana para fazer a campanha do Presidente da Angola José Eduardo
02 min	Reunião na Pousada do carro, em Salvador, com o casal Santana e a delegação de Angola para convencer João Santana a fazer a campanha
03 min	Segunda reunião no Rio de Janeiro com casal Santana, delegação de Angola e o Diretor da ODE em Venezuela Ernesto Baiardi
06 min	Definição do orçamento da campanha de 50 milhões de dólares
07 e 30 segs	Definição de 30 milhões a ser pago pelo Partido Angolano (MPLA) pelo Partido e 20 milhões pela Odebrecht
10 min	Odebrecht pagou diretamente à empresa Orion os custos da campanha, parceira do casal Santana e 5 milhões foram entregues diretamente por Ernesto Baiardi e outros funcionários da Ode na Venezuela
19 min	Provas de corroboração no anexo

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº12

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	André rabelo, Diretor-Geral da Oebracht no panamá, telefona para Mônica solicitar para fazer campanha do Presidente Martinelli do Panamá
3 min	Presidente Martinelli, na cerimônia de posse do Presidente da República Dominicana, insiste para mônica fazer a campanha do sucessor dele
6 min	Lula intercedeu, a pedido de Emilio Odeebrecht, para que o casal Santana fizesse a campanha
7 min	Definição do valor da campanha em reunião com o Presidente Martinelli e André Rabelo da ODE
8 min	Valor pago na shelbill pela Odebrecht
10 min	Contrato com a Isagon no Peru para recebimento de 4 milhões
13 min	Provas de corroboração do anexo

Local, 07/03/2017.

Melina Castro Montoya Flores
MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº13

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Palloci é conhecido por Italiano dentro da Odebrecht
1 e 30 seg	Ouviu de Hilberto que "Italiano tinha estourado a cota"
3 min	Comentários sobre o codinome "feira"
9 min	Apresentada a planilha italiano para Mônica Moura para detalhar os valores recebidos

Local, 07/03/2017.


LINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República

Impresso por: 303.529.570-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:39:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº14

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
20 seg	Recebimento de ligação de Edinho Silva informado que a Presidente da República precisa falar com Mônica imediatamente
1 min	Dilma, em reunião nos jardins do palácio, demonstra preocupação com os pagamentos que a Odebrecht tinha realizado na conta da suíça
2 min	Comenta que Dilma lhe falou que o Ministro José Eduardo Cardoso já tinha lhe informado que a conta de Eduardo Cunha já tinha sido descoberta na suíça
3 min	Sugestão de criação de e-mail no google para registrar os fatos no rascunho
7 min	Recebimento de mensagens em 2015
12 min	E-mail cifrado repassando informação sobre o andamento da operação lava jato
13 min	Mensagem para esposa de Anderson Dornelles informando a necessidade de "os amigos responderem"
14 min	José Eduardo Cardoso informa a dilma que tinha mandado de prisão expedido contra o casal santana.
15 min	Avisado nos dias 21.02. Dilma liga para República Dominicana e avisa João Santana que iriam ser presos
20 min	Em meados de 2015, ernesto baiardi contacta Mônica dizendo que Marcelo odebrecht precisava conversar com ela
21 min	Conversa com Marcelo odebrecht para convencer João Santana a falar com Dilma para que José Eduardo Cardoso intercedesse para anular as provas vindas da Suíça
23 min	Conversa entre Mônica e Dilma sobre o assunto
26 min	Provas de corroboração dos anexos

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTROYA FLORES
Procuradora da República

LAURA GONÇALVES TESSLER
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº15

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Pedido do Anderson Dornelles, por ordem de Dilma, para pagar o salário da governanta da Dilma de nome Rose
2 min	Pagamentos mensais de R\$ 4.000,00
2 e 40 seg	Pagamento do Celso Kamura pela Mônica
4 min	Pagamento do cachê e das passagens de Celso Kamura
8 min	Pagamento ao pessoal de teleprompter de preferência de Dilma
10 min	Pagamento da passagem de avião, cachê e os custos do pessoal do Teleprompter
13 min	Pagamento ao ator Jeferson que fazia Dilma Bolada
14 min	Edinho pediu para Mônica pagar Jeferson no valor de R\$ 200.000,00
15 min	Pagamento da outra metade de Jeferson por Danielle Fonteles da Pepers
16 min	Provas de corroboração do anexo

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº16

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Santana aceitou fazer inserções publicitárias para Lindbergh alavancar sua imagem no Estado o Rio de Janeiro
2 min	Fausto, assessor de Lindbergh, solicita que Mônica aceite pagamento por fora(cerca de R\$ 600.000,00) pelos serviços
3 e 30 seg	Mateus Coutinho, assessor de Léo Pinheiro, combina com Mônica para fazer a entrega os valores em espécie
4 e 30 segs	Entregas do dinheiros por Mateus Coutinho no Hotel em Santa Teresa e na residência do próprio Lindbergh
7 min	Provas de corroboração

Local, 07/03/2017.


MARIANA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

Impresso por: 303509518-18 Per 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº17

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Lula solicitou a João Santana para realizar a campanha do candidato a Presidente de el salvador que era casado com a brasileira Vanda Pinato
3 min	Lula informa que Pallocci iria resolver a questão financeira
5 min	Forma de pagamento dos 3 milhões de dólares via Odebrecht e pelo próprio Palocci
6 min	Entrega pelo Juscelino, assessor de Pallocci
8 min	Lula pede a João para falar com Emilio Odebrecht para ajudar a aumentar as inserções do candidato
10 min	Provas de corroboração

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 18

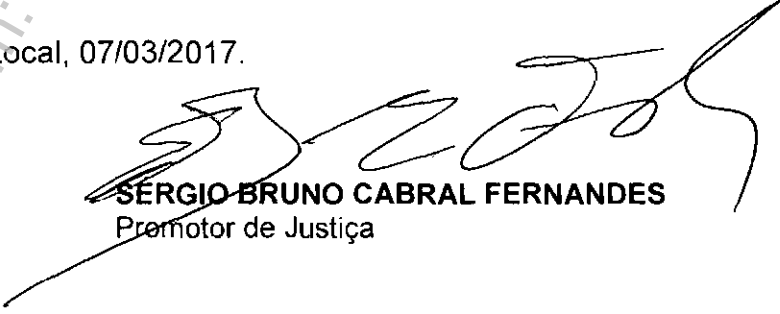
que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
33 segs	Campanha de Francisco Rollemberg ao Governo de Sergipe, candidato de Albano Franco
1 min	Campanha de Fernando Freire ao Governo de Rio Grande do Norte apoiado pelo ex-Governador Garibaldi Alves
3 min	Parte não oficial pago na campanha de Sergipe
5 min	Acerto do custo da campanha de Fernando Freire por Henrique Eduardo Alves pago por fora
8 min	Pagamento de parte do valor da campanha com apartamentos construídos pela empresa "Capuci"
10 min	Campanha de Dr Hélio em Campinas
14 min	Campanha de Vander Loubet à Prefeitura de Campo Grande(ano 2004). Pagamento de caixa dois por Delcídio e Zeca do PT

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REGISTRO DOS PRINCIPAIS PONTOS DO DEPOIMENTO

relativo ao


TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 19

que presta

MONICA REGINA CUNHA MOURA

N	
1 min	Pagamento a fornecedores das campanhas de forma não contabilizada: Brócolis, Espectrus, Moviecenter, empresa que aluga helicóptero para filmagem aérea etc
5 min	Assalto ocorrido durante a campanha de Dilma em 2014
6 min	Funcionário de Mônica teve roubada em São Paulo a mala de dinheiro com 1,5 milhão de reais entregue pela ODE
8 min	Táxi fechado por dois carros que levaram a mala com dinheiro
9 min	Conversa entre Mônica e Fernando Migliaccio sobre o roubo
10 min	Migliaccio informa a Mônica que iria repor o dinheiro

Local, 07/03/2017.


MELINA CASTRO MONTOYA FLORES
Procuradora da República


SÉRGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

VÍDEOS

MÔNICA REGINA CUNHA MOURA

Impressão por: 303.509.578-08 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:50:18

138

MONICA REGINA CUNHA MOURA

Impresso por: 303.509.578-78 Pet 6890
Em: 11/05/2017 - 14:59:18